

**O Empreendedorismo Social como promotor  
da inclusão de Pessoas Portadoras de  
Deficiência:  
Estudo dos Casos *ValorIn* e *Contigo Há Descoberta***

**Mariana Lourenço Ferro**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Empreendedorismo e Inovação Social**  
(2º ciclo de estudos ou mestrado integrado)

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Anabela Dinis

**outubro de 2022**



## Declaração de Integridade

Eu, Mariana Lourenço Ferro, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição m10619 de/o Empreendedorismo e Inovação Social da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 9 / 10 / 2022

(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente  
assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)

MARIANA LOURENÇO FERRO



# Agradecimentos

Queria agradecer em primeiro lugar à Dr.<sup>a</sup> Isabel Sá e à Dr.<sup>a</sup> Maria José por se terem disponibilizado em participar nesta investigação.

À Sandra, ao Samuel, ao Salvador, ao Paulo e ao Guilherme por me terem recebido de braços abertos e por terem partilhado comigo o testemunho deles.

À Professora Doutora Anabela Dinis por toda a sua orientação e contributos que foram essências para o desenvolvimento desta dissertação.

À minha família e amigos pelo constante apoio e força.

A ti mãe, a ti Pedro por ouvirem leituras quase diárias deste trabalho, por ouvirem as minhas frustrações e desabafos, por me conseguirem tranquilizar e dar mais confiança em mim mesma.



# **Prefácio**

“Nós podemos mudar o mundo e torná-lo num lugar melhor. Está nas nossas mãos fazer a diferença”

- Nelson Mandela



# Resumo

Esta dissertação tem como objetivo compreender *como* projetos de empreendedorismo social podem contribuir significativamente para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência, procurando perceber como surgem e se mantêm estas iniciativas de empreendedorismo social, qual é o seu impacto na inclusão das pessoas com deficiência em particular no que diz respeito ao seu empoderamento, valorização e melhoria da autoestima. Para isso, após um enquadramento teórico onde se abordam temas como a conceptualização e os modelos de empreendedorismo social; a criação de valor; a sustentabilidade; a inovação e a história da evolução da percepção da deficiência até à atualidade, procede-se à análise de dois casos de empreendedorismo social centrados na inserção socioprofissional de pessoas com deficiência mental: o projeto “ValorIN” promovido pela associação Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual (MADI) e o projeto “Contigo Há Descoberta!”, promovido pela Associação Socio Terapêutica de Almeida (ASTA). No estudo de casos aplicou-se uma metodologia qualitativa, incluindo a análise documental e realizaram-se entrevistas semiestruturadas aos coordenares/promotores e a beneficiários do projeto. Analisados os dados, deu-se conta da importância do carácter inovador das iniciativas, das características empreendedoras dos seus responsáveis, assim como do papel essencial das parcerias para o desenvolvimento e sustentabilidade de ambos os projetos. Conclui-se também que o impacto nos beneficiários se reflete não só na sua inserção socioprofissional e empoderamento, mas também a nível uma melhoria da autoestima e de saúde.

## Palavras-chave

empreendedorismo social; inclusão; deficiência, estudos de caso



# **Abstract**

This dissertation aims to understand *how* social entrepreneurship projects can contribute significantly to the inclusion of people with disabilities, trying to understand how these social entrepreneurship initiatives arise and continue, what is its impact on the inclusion of people with disabilities in particular with regard to their empowerment, appreciation and improvement of self-esteem. For this, after a theoretical framework where topics such as conceptualization and social entrepreneurship models are addressed; value creation; ; sustainability; innovation and the history of the evolution of the perception of disability to date, two cases of social entrepreneurship focused on socio-professional integration of people with mental disabilities are analyzed: the project "ValorIN" promoted by (MADI) and the project "Contigo Há Descoberta!", promoted by (ASTA). In the case studies, a qualitative methodology was applied, including documentary analysis, and semi-structured interviews were conducted with the coordinators/promoters and the beneficiaries. Analyzing the data, we realized the importance of the innovative nature of the initiatives, the entrepreneurial characteristics of their leaders, as well as the essential role of partnerships for the development and sustainability of both projects. It is also concluded that the impact on beneficiaries is reflected not only in their socio-professional insertion and empowerment, but also at the level of an improvement in self-esteem and health.

## **Keywords**

social entrepreneurship;inclusion;disability;case studies



# Índice

<b>Lista de Figuras</b> .....	xvi
<b>Lista de Tabelas</b> .....	xviii
<b>Lista de Acrónimos</b> .....	xx
<b>Introdução</b> .....	1
<b>Parte I Enquadramento Teórico</b> .....	3
<b>1. Do Empreendedorismo ao Social</b> .....	3
1.1. Conceito de Empreendedorismo .....	3
1.2 O empreendedorismo social .....	4
1.3. Alguns modelos conceptuais de empreendedorismo social .....	8
1.4. Inovação, sustentabilidade, criação de valor e impacto no Empreendedorismo Social .....	13
<b>2. Sobre a deficiência</b> .....	19
2.1 A evolução do termo deficiência .....	19
2.2 A Deficiência na atualidade e os seus modelos teóricos.....	21
2.3. Da exclusão da comunidade deficiente à inclusão social e técnica .....	25
2.4 Políticas públicas e Empreendedorismo social: caminhos para a inclusão social de pessoas com deficiência .....	28
<b>Parte II: Propósito e objetivos do estudo empírico, modelo de análise e quadro metodológico</b> .....	31
<b>3. Propósito, objetivos do estudo e modelo de análise</b> .....	31
3.1 Propósito e objetivos do estudo .....	31
3.2 O modelo de análise .....	32
<b>4. Metodologia</b> .....	33
4.1 A natureza e estratégia da investigação .....	33
4.2. A seleção dos casos de estudo.....	34
4.3. Instrumentos e procedimentos para a recolha de dados .....	35
4.4. Procedimentos para análise de dados .....	40

<b>Parte III -Empreendedorismo social para inclusão das pessoas com deficiência: um olhar sobre experiências e resultados .....</b>	<b>41</b>
<b>5. As associações e os projetos: Origens e Missões .....</b>	<b>41</b>
5.1. A Associação Socio Terapêutica de Almeida (ASTA) e o projeto “Contigo há descoberta” .....	41
5.2. Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual (M.A.D.I.) e o projeto ValorIN .....	43
<b>6. Sobre os empreendedores sociais.....</b>	<b>45</b>
6.1 Capital humano: os conhecimentos e a experiência .....	45
6.2 Motivações e características pessoais: vontade e viabilidade e percepção da oportunidade.....	47
<b>7. Fatores ambientais sociais e institucionais: Parcerias e financiadores .....</b>	<b>49</b>
<b>8. Inovação e sustentabilidade da iniciativa de Empreendedorismo social .....</b>	<b>51</b>
8.1 A inovação social .....	51
8.2 Os desafios da sustentabilidade.....	53
<b>9. O impacto dos projetos nas pessoas portadoras de deficiência .....</b>	<b>57</b>
9.1 Inclusão .....	57
9.2 Empoderamento .....	59
9.3 Valorização, realização pessoal e qualidade de vida .....	60
<b>Conclusões.....</b>	<b>65</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>76</b>



# Lista de Figuras

Figura 1: modelo multidimensional do empreendedorismo social .....	8
Figura 2: Antecedentes e Consequências do Empreendedorismo Social .....	11
Figura 3: O processo da inovação social .....	14
Figura 4: "The Triple Bottom Line" .....	16
Figura 5: Criação de valor em empreendimentos comerciais e em empreendimentos sociais .....	17
Figura 6: Modelo causal linear apresentado pela OMS no CIDID.....	22
Figura 7: Interações entre os componentes da CIF .....	24
Figura 8: : Modelo de análise.....	33
Figura 9: "Contigo Há Descoberta!".....	42
Figura 10: ValorIn .....	44



# Lista de Tabelas

Tabela 1: Variações do “social” no Empreendedorismo.....	7
Tabela 2: A evolução do termo “deficiência” e diversidade de abordagens à sua integração .....	25
Tabela 3: Caracterização dos beneficiários entrevistados .....	38
Tabela 4: Características dos Empreendedores Sociais .....	48
Tabela 5: Fatores Ambientais Sociais e Institucionais.....	51
Tabela 6: Características das Iniciativas .....	56
Tabela 7: Impacto dos Projetos .....	64



# Lista de Acrónimos

OMS	Organização Mundial da Saúde
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CIDID	Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens
PPD	Pessoas Portadoras de Deficiência
ASTA	Associação Sócio Terapêutica de Almeida
MADI	Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual





# Introdução

O empreendedorismo social é dos domínios do empreendedorismo que, nas últimas décadas, tem ganho cada vez mais destaque. A sua relevância foi crescendo à medida que as instituições governamentais e o mercado, por si só, se revelaram incapazes de dar resposta aos problemas sociais e a sociedade civil se organizou para criar novas respostas.

No essencial, é a missão social e o propósito de criação de valor social que distingue esta forma de empreendedorismo do empreendedorismo comercial. O empreendedorismo social está relacionado com o reconhecimento de um equilíbrio injusto e nele identificar uma oportunidade que possibilite desenvolver uma proposta de valor social, gerando, por conseguinte, um novo equilíbrio mais estável, garantindo assim uma melhor qualidade de vida a um grupo mais desfavorecido ou vulnerável da população (Martin & Osberg (2007) . O grupo analisado neste estudo é o das pessoas portadoras de deficiência (PPD). A conceptualização da deficiência ao longo dos séculos (Carvalho-Freitas e Marques, 2007), apesar de ter evoluído mostra que estes indivíduos têm uma história de exclusão social o que tem vindo a dificultar, na prática, a sua integração social nos tempos atuais (Caldwell et al 2012, Maciel, 2000).

É perante o reconhecimento deste “equilíbrio injusto” e esta necessidade de inclusão das PPD que algumas iniciativas de empreendedorismo social surgiram e se vêm destacando pela forma inovadora como têm procurado novos caminhos para a inclusão destas pessoas, todavia ainda pouco se sabe sobre como surgem, como se mantêm e qual o seu impacto real na vida dos seus beneficiários.

Sendo o empreendedorismo social encarado por muitos estudiosos como uma forma viável de apoio e inclusão para os indivíduos discriminados pelo resto da sociedade, acredita-se que é uma forma eficaz de tirar as pessoas portadoras de deficiência de uma realidade de exclusão e discriminação, trazendo-os para o mainstream social, pondo fim ao caráter, que lhes é atribuído de cidadãos passivos, para os tornar cidadãos ativos com as mesmas oportunidades e direitos.

Em Portugal são poucos os projetos sociais que têm como objetivo dar resposta ao problema da exclusão social das PPD. Segundo o Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social, em 2015 eram apenas dezanove os projetos a atuar nesta área. Apesar de, desde esse ano o número de projetos ter aumentado ligeiramente, a realidade mostra que as iniciativas são ainda insuficientes para dar resposta ao universo de beneficiários. Um maior conhecimento das respostas bem-sucedidas neste domínio,

é importante por duas razões fundamentais. Por um lado, porque poderá inspirar novas organizações e empreendedores sociais a agir de forma similar; segundo porque para replicar há que primeiro compreender *como* surgiram, *como* funcionam e sobrevivem e *como* resultam na vida das pessoas portadoras de deficiência. É este o propósito desta investigação.

Considerando que a inclusão profissional é uma via privilegiada para a realização pessoal e inclusão social, procedeu-se à análise de dois casos bem-sucedidos no domínio da integração socioprofissional de pessoas portadores de deficiência mental: os projetos “ValorIN” e “Contigo Há Descoberta!”, o primeiro promovido pela associação Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual (MADI) e o segundo pela Associação Socio Terapêutica de Almeida (ASTA).

Partindo deste propósito e para melhor situar a problemática e melhor compreender os conceitos envolvidos, procedeu-se inicialmente a uma revisão bibliográfica. Esta revisão teórica permitiu um melhor entendimento do conceito de empreendedorismo social e da realidade predominantemente excluída das pessoas portadoras de deficiência, com base no modelo multidimensional de Weerawardena e Mort (2006) e no modelo conceptual de Jiao (2011) que descrevem as dimensões consideradas fundamentais do empreendedorismo social. Este modelo centra-se nas características dos empreendedores sociais e nos fatores sociais e institucionais que estão na génese e sustentabilidade das iniciativas de empreendedorismo social. O modelo incorpora também as contribuições de Fontenele et al. (2015) sobre as categorias de criação de valor e a discussão sobre a exclusão de pessoas portadoras de deficiência, para analisar o impacto destas iniciativas nas PPD.

Com base nas características do estudo, optou-se por um estudo de casos de natureza qualitativa com recurso à análise documental e a entrevistas semiestruturadas utilizando-se, para a análise de dados, a técnica de análise de conteúdo.

A dissertação está estruturada em três partes. A primeira parte é dedicada ao enquadramento teórico, onde se abordam os conceitos de empreendedorismo social e de deficiência. A segunda parte especifica os objetivos do estudo empírico, o modelo de análise e o quadro metodológico aplicado. A terceira parte apresenta os resultados do estudo empírico. Por fim são apresentadas as conclusões do estudo as suas limitações e linhas para futuras investigações.

# Parte I Enquadramento Teórico

## 1. Do Empreendedorismo ao Social

### 1.1. Conceito de Empreendedorismo

De forma a conseguirmos compreender o que é o empreendedorismo social, em primeiro lugar é necessário compreender o termo de “empreendedorismo” e as suas origens. Este conceito começa a ser referido na literatura no século XVII com Richard Cantillon que define o empreendedor como o individuo que compra os fatores de produção a determinados preços para produzir bens e cujo preço de venda é incerto, associando assim, o conceito de incerteza e *risco* ao processo empreendedor.

No sec. XIX, Jean Baptiste Say, um economista francês, introduz um empreendedor como alguém capaz de transformar “recursos económicos de baixa produtividade para outra de maior produtividade e rendimento” (Jean Baptiste Say cit. in Dees 2001) acrescentando assim valor ao investimento inicial. Foi este pensamento que conduziu à noção de “*criação de valor*”, que se tornou fundamental para compreender o que é e o que distingue uma atividade empreendedora.

Na primeira metade do século seguinte Schumpeter (1942), um economista austríaco, na sua obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia” identifica o empreendedor como a força motriz do progresso económico. Schumpeter via os empreendedores como os *inovadores* cuja função seria a de “reformular ou revolucionar o padrão de produção” (Dees 2001). Nasce assim a segunda noção fundamental do empreendedorismo – a “*criação destrutiva*”. Caldwell et al. (2012) argumenta que Schumpeter defendia que há um processo de criação destrutiva no capitalismo moderno, onde o empreendedor age como um criador de mudança na economia e é responsável pelo crescimento económico através da inovação, servindo novos mercados e criando novas maneiras de fazer as coisas.

Mais recentemente Drucker acrescenta ainda que, o que torna o empreendedor alguém especial, não é apenas o facto de este ser capaz de transformar e criar mudança, mas também o facto de ter a capacidade de identificar e explorar *oportunidades* para criar um negócio ou serviço diferente, afirmando mesmo que “nem todos os pequenos negócios são empreendedores ou representam empreendedorismo” (Drucker cit. in Dees 2001).

De certa forma sintetizando a contribuição destes três autores Brouard & Larivet (cit. in Parente, et al. 2011, p. 271) definem empreendedorismo como a “criação/recriação de um negócio que acrescenta valor para o (s) empreendedor (es) ou sociedade, apostando na inovação para tirar partido das oportunidades existentes ao mobilizar recursos para atingir fins económicos”.

Nas últimas décadas a noção de empreendedorismo tem-se tornado cada vez mais abrangente, resultando da contribuição de vários autores, como por exemplo Drucker que deixam claro que “o empreendedorismo não implica necessariamente um objetivo lucrativo” (Dees 2001), dando assim origem a várias vertentes ou tipos específicos do empreendedorismo. Uma destas vertentes é a do empreendedorismo social que, apesar de ter semelhanças com o empreendedorismo económico, tem certas particularidades que o tornam cada vez mais importante para a sociedade.

## **1.2 O empreendedorismo social**

O empreendedorismo social é um dos domínios do empreendedorismo que tem ganho cada vez mais destaque. No entanto, apesar do conceito de empreendedorismo social ser considerado recente nos estudos sociais, os seus ideais são datados a séculos anteriores. Assim dizendo, “as raízes do que hoje designamos de empreendedorismo social remontam à era vitoriana tardia, (...), época da ascensão daquilo que o historiador Gertrude Himmelfarb chamou de «caridade científica»” (Parente, et al. 2011, p. 270). Esta forma de caridade alude à forma diferente como se passa a querer ajudar o outro, remete para a “mudança na ideia de caridade, que passa do simples ato de dar esmola aos pobres, para uma caridade passível de criar mudança duradoura e sistémica” (Parente, et al. 2011, p. 270).

De acordo com Dees (2012), o termo de “caridade científica” veio criar tensões entre as práticas de caridade que eram consideradas tradicionais e a resolução científica dos problemas que começou a manifestar-se nas últimas décadas e que tanto influencia o empreendedorismo social. Entre estas tensões, o autor lança destaque para cinco diferentes.

A primeira está relacionada com a divergência entre o ideal de dar aos outros de forma espontânea e o de dar aos outros de forma, primeiramente, ponderada. Esta discordância parte da ideia de que “a caridade é sobre dar aos outros, e não é autêntica se houver expectativas e cálculos envolvidos” (Shershow cit. in Dees 2012, p. 323), no entanto, outros autores vieram criticar esta visão afirmando que, com a falta de disciplina e de cuidado podem surgir ações equivocadas, assim como à perda de dinheiro, afirmando

que “os autores privados têm de ser disciplinados sobre a forma como vão usar os seus recursos e capacidades para dar resposta a necessidades sociais (...) atos de caridade (...) não dão uma resposta eficaz a estes problemas” (Morino cit. in Dees 2012, p. 324).

Relacionada com o fator anterior, surge também a tensão entre a ideia de sacrifício, que está ligado à caridade, e a ideia de investimento, relacionada à resolução científica de problemas sociais. Apesar da ideia da sociedade se sacrificar pelos outros em função de ajuda ser defendida pelo idealismo da caridade, chama-se à atenção para a seriedade e larga escala de muitos problemas sociais. É por isso que os defensores da solução mais científicada dos problemas defendem a necessidade que existe no investimento das capacidades, recursos e muito mais por parte das organizações sociais obtendo uma resposta muito mais eficiente e eficaz.

A terceira tensão proposta por Dees (2012), na passagem de uma caridade tradicional para uma solução que deu bases para o aparecimento do empreendedorismo social como o conhecemos hoje, relaciona os termos de “dar” e “mercado”. De acordo com Dees (2012) a cultura da caridade sente-se desconfortável com as abordagens mais comerciais que se ligam à resolução de problemas sociais, no entanto atenta como esta última abordagem pode empoderar os indivíduos em causa, oferecendo-lhes uma oportunidade de participação e de escolha, retirando-lhes o cunho passivo que a caridade lhes atribui. O autor enfatiza ainda como os empreendedores sociais aspiram desenvolver uma solução que se torne sustentável financeiramente. Esta sustentabilidade, uma vez conseguida, não permite espaço para as caridades tradicionais, no entanto, são muitas vezes precisas para lá chegar, principalmente nos primeiros passos de um projeto empreendedor. Este ponto mostra como, apesar de defenderem princípios opostos, estas duas culturas podem alinhar-se e contribuir em conjunto para a solução de problemas sociais, no entanto o autor acrescenta ainda mais duas tensões: o apaziguamento do sofrimento Vs. a solução do problema e o cuidar das pessoas Vs. empoderá-las.

Sobre a cultura do apaziguamento Vs. a solução do problema, Dees (2012) defende como a satisfação emocional está relacionada à ajuda imediata e espontânea da caridade e como essa satisfação é mais complicada de medir através da resolução do problema, isto porque nesta solução mais calculada normalmente não existe uma proximidade e familiaridade com a população que se está a ajudar, o que dificulta a empatia. No entanto, são muitas as organizações que têm recorrido ao marketing para sensibilizar a sociedade em ajudar na solução dos problemas.

Relativamente à quinta e última tensão, esta põe o cuidado em contradição com o empoderamento. Dees (2012) proclama como a caridade torna as pessoas que precisam

de ajuda dependentes e pode roubar-lhes a dignidade. Utiliza o caso das pessoas com deficiência para mostrar como o empoderamento, conseguido através do empreendedorismo social, começou a acabar com a dependência destes indivíduos perante a caridade, oferecendo-lhes uma vida com mais autonomia.

Como forma de tentar explicar as origens do empreendedorismo social Parente et al. (2011) relatam que, essencialmente, foi a incapacidade e a desadequação das instituições governamentais em dar resposta aos novos problemas sociais que tem incentivado atividades da sociedade civil na procura de práticas alternativas que respondam às necessidades sociais não atendidas nem pelo Estado nem pelo mercado, defendendo ainda que as práticas de empreendedorismo social procuram incorporar no terceiro setor conceitos e ideias de negócio como veículo de inovação a fim de superar desafios sociais.

Para entender o conceito de empreendedorismo social, Peredo e McLean (2006) e Mair e Marti (2006) partem do elemento empreendedor do conceito e acrescentam-lhe o elemento social.

Relativamente à noção de empreendedor em empreendedorismo social, os autores defendem que esta abrange 1) o reconhecimento de oportunidades de modo a seguir uma missão de criar valor social; 2) o compromisso contínuo de inovação e modificação; 3) ações corajosas que não sejam limitadas independentemente dos recursos disponíveis.

Note-se que, ambas as noções de empreendedorismo tornam evidente que é necessário encontrar oportunidades que façam do empreendedor um agente de mudança. Martin & Osberg (2007), no seu estudo, intentam explicar o trabalho de um empreendedor social através das seguintes componentes: 1) identificar um equilíbrio estável, mas injusto que causa exclusão; 2) identificar uma oportunidade neste equilíbrio injusto, desenvolvendo uma proposta de valor social; 3) criar um novo equilíbrio que seja estável garantindo um futuro melhor a um grupo beneficiário o até mesmo a larga escala na sociedade.

No que diz respeito ao elemento do social, existe um consenso entre autores que no empreendedorismo social os empreendedores são motivados por objetivos sociais, pelo desejo de beneficiar a sociedade de alguma forma através da criação de valor social. Assim, a principal característica que diferencia o empreendedorismo comercial ou tradicional do empreendedorismo social é a sua finalidade. No empreendedorismo tradicional, ligado ao mercado, os empreendedores são movidos pela obtenção de lucro, enquanto no empreendedorismo social, o que move o empreendedor é uma missão social, sendo a criação de valor económico apenas um meio para atingir um fim (Dees, 2001). Significa isto que, ainda que as atividades inovadoras que promovem não tenham fins lucrativos, o empreendedorismo social pode incluir o desenvolvimento de atividades

lucrativas, mas têm sempre como objetivo criar valor social sendo este muito mais complexo de determinar se é o suficiente para justificar os recursos utilizados na criação desse valor.

De acordo com Peredo e McLean (2006) o objetivo de produzir benefícios sociais pode constar nas metas de qualquer organização. Em geral, poderá considerar-se um *continuum* de possibilidades, desde a exigência de que os benefícios sociais sejam o único objetivo do empreendimento até considerar que os objetivos sociais são mais um elemento que consta entre seus objetivos. Neste continuum estes autores identificam cinco variações (Tabela 1):

*Tabela 1: Variações do “social” no Empreendedorismo*

<b>Os Objetivos Sociais</b>	<b>Papel da Troca Comercial</b>
Os objetivos são exclusivamente sociais	Não existe troca comercial
Os objetivos são exclusivamente sociais	Existe alguma procura comercial, no entanto, qualquer lucro é diretamente investido para o benefício social ou para investir no projeto para melhorar a sua atuação
Os objetivos são maioritariamente sociais, mas não exclusivamente	Existe procura comercial e o lucro é usado para ajudar o empreendedor e os seus parceiros
Os objetivos sociais são predominantes em relação a outros objetivos	Existe procura comercial e conseguir lucro é um forte objetivo por parte da organização.
Os objetivos sociais estão entre os objetivos da organização, mais não são os principais	Existe procura comercial e conseguir lucro é um forte objetivo por parte da organização ou até mesmo o objetivo principal.

Fonte: Adaptado de Peredo e McLean (2006:63)

Apesar da presença do “social” em diversos tipos de organizações com e sem fins lucrativos, os autores referem que são muitos os estudiosos que não consideram as últimas variações como sendo empreendedorismo social na sua forma pura isto porque, segundo Dees (2001), para os empreendedores sociais, a missão social tem de ser explícita e central. A reivindicação de qualquer tipo de lucro (leia-se criação de valor económico) é importante, mas deve ser vista apenas como um meio de investir no empreendimento, devendo o “lucro” (valor) social ser o predominante.

Como se pôde perceber o conceito de empreendedorismo social é um conceito bastante complexo e que, ainda nos dias de hoje, existem dificuldades e diferentes entendimentos sobre o termo que, como referem Bezerra-de-Sousa e Teixeira (2019, p. 83) “vem sendo estudado com mais tenacidade há três décadas e mesmo com alguns anos de estudos, ainda não se chegou há um consenso conceitual sobre esse fenómeno” .

### 1.3. Alguns modelos conceituais de empreendedorismo social

Apesar dos diferentes entendimentos de empreendedorismo social, interessa compreender quais os elementos centrais que configuram o conceito de empreendedorismo social e como se relacionam entre si. Weerawardena e Mort (2006) propõem um modelo multidimensional com base na ideia de que “o empreendedorismo social pode ser visto como uma abstração global de inovação, proatividade (busca de oportunidades para a sobrevivência e projeção das organizações) e gestão do risco dentro das restrições do ambiente, sustentabilidade e missão social” (Weerawardena e Mort 2006, p. 33). (Figura 1) Este modelo pretende mostrar todos os fatores que é preciso ter em conta na criação de valor social de um empreendimento. Este é um processo turbulento que abrange as mais variadas dimensões que, se não forem consideradas e bem avaliadas podem afetar o desempenho do projeto. Campigotto-Sandri et al. (2020) alegam que este modelo de empreendedorismo social se dá em função de atitudes comportamentais (inovação, proatividade e gestão de riscos) e está sujeito a interações com um ambiente dinâmico, na busca de um “negócio” (leia-se “modelo organizativo”) sustentável e no cumprimento de uma missão social.



Figura 1: modelo multidimensional do empreendedorismo social

Fonte: Weerawardena e Mort (2006)

No que diz respeito às dimensões associadas à atividade, a primeira a ser proposta e analisada pelos autores é a dinâmica ambiental (*Environmental*). Os autores enumeram vários fatores que podem ter influência na forma como se desenvolve o empreendedorismo social, nomeadamente: o contexto social em que surge o projeto; a competitividade; a complexidade e o impacto do papel do governo. É importante os empreendedores sociais perceberem qual o contexto em que querem atuar e qual o seu papel na sociedade de modo a poder identificar as necessidades reais, “quando se encaram os problemas sociais, o contexto que os envolve é muito complexo, e não se pode resolvê-los sem se compreender esse contexto” (Weerawardena e Mort 2006, p.27).

Apesar do empreendedorismo social surgir como forma de dar resposta às necessidades sociais que não são resolvidas pelo Estado, existe, no entanto, uma instabilidade e relação complexa com os apoios. Estas dinâmicas turbulentas e complexas do ambiente social e institucional que envolvem o empreendedorismo social, levam a que estes empreendedores procurem ao máximo seguir um caminho sustentável. É por esta razão que a sustentabilidade (*Sustainability*) é uma das dimensões abrangidas pelo conceito de empreendedorismo social. Segundo os autores, a dinâmica do empreendedorismo social está focada na sustentabilidade dos projetos sendo que esta é a chave para a sua sobrevivência, crescimento e independência. Weerawardena e Mort (2006) chamam a atenção para a necessidade de financiamento, principalmente nos primeiros passos de um empreendimento social, afirmando que estes empreendedores procuram formas inovadoras de modo a garantir que as suas ações tenham os recursos necessários para a criação de valor social.

A dimensão da sustentabilidade e a dimensão da missão social (*Social Mission*) estão interligadas no sentido em que “a sustentabilidade (...) não é vista como uma finalidade do empreendedorismo social, mas está focada em garantir a continuação da organização de modo que esta possa continuar a dar resposta à sua missão social” (Weerawardena e Mort 2006, p.30). Seguindo este raciocínio, ter uma missão social bem explícita é fundamental no empreendedorismo social porque é em torno desta missão que toda a estratégia do projeto se desenvolve. Como os empreendedores sociais diferem dos empreendedores comerciais em termos de missão (Dees, 2001; Mort et al.,2003) isto afeta a forma como os empreendedores sociais encaram e avaliam as oportunidades, por conseguinte, a missão social, é uma dimensão chave na conceptualização do termo “empreendedorismo social.

Por outras palavras, “o empreendedorismo social é um conceito multidimensional que está profundamente enraizado na missão social da organização, assim como é conduzido pela vontade de se tornarem sustentáveis e influenciado pelas dinâmicas ambientais que o envolvem”, p.22).

Sobre as atitudes comportamentais, a primeira dimensão diz respeito à proatividade (*Proactiveness*). Os empreendedores sociais e as organizações de empreendedorismo social têm de ser proativos de maneira a conseguirem crescer e garantir o seu desenvolvimento. Quer isto dizer devem de ser antecipados problemas ou dificuldades trazidas pelo meio envolvente e deve de haver uma prontidão, iniciativa e eficiência para dar resposta a todas estas questões de modo a obter criação de valor social.

A segunda dimensão, correspondente às atitudes comportamentais, fala sobre a importância de haver uma gestão de risco (*Risk Management*). É fundamental existir uma gestão de risco e um particular cuidado no desenvolvimento das estratégias, das parcerias e da forma como as atividades propostas, em si, se vão desenvolver no empreendedorismo social visto que estes são muito mais vulneráveis do que o empreendedorismo de mercado, “enquanto o empreendedorismo de mercado tem acesso a várias fontes de financiamento (...), os empreendedores sociais são fortemente constrangidos no gerar de fundos para as suas organizações” (Weerawardena e Mort 2006, p.29). Estes comportamentos relativos à gestão de risco estão muito relacionados com o desejo de atingir a sustentabilidade.

Por fim, a última dimensão a ter em conta na conceptualização de empreendedorismo social, é a da inovação (*Innovativeness*) sobre a qual os autores defendem que, devido ao ambiente que rodeia as organizações, às vulnerabilidades sentidas financeiramente e até mesmo devido à competitividade, é importante as atividades do empreendedorismo social terem um carácter inovador. De forma as organizações de empreendedorismo social conseguirem criar impacto é necessário então terem em conta o nível de inovação, a gestão de risco e atitudes proativas.

Também Jiao (2011) apresenta um modelo para falar do empreendedorismo social. O autor defende que o conceito de empreendedorismo social deve ser analisado através de um modelo conceptual que abranja os seus antecedentes e as suas consequências. A seu ver, a principal consequência das iniciativas de empreendedorismo social é a criação de impacto social e que são quatro os antecedentes mais importantes: a vontade e viabilidade do empreendedor; o capital social; o capital humano e os fatores do ambiente social e institucional (*Figura 2*). Os antecedentes são multidimensionais, relacionando-se tanto a fatores mais pessoais, característicos do próprio empreendedor social (vontade e viabilidade; capital humano e capital social), como a fatores de nível social e institucional.

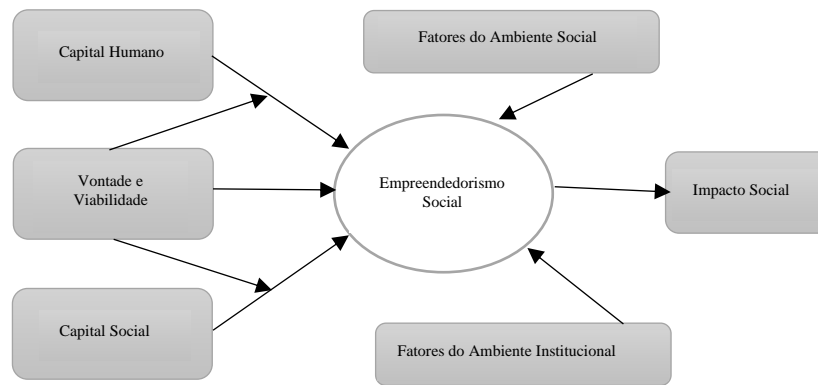


Figura 2: Antecedentes e Consequências do Empreendedorismo Social

Fonte: Adaptado de Jiao (2011)

O primeiro antecedente diz respeito à **vontade e viabilidade** do empreendedor social e é influenciado pelos valores pessoais do empreendedor e por atitudes cognitivas, tendo um papel fundamental no processo inicial da criação do projeto. Neste antecedente, Jiao (2011) destaca a importância do *desejo*, por parte do empreendedor, de exercer atividades relacionadas com o empreendedorismo, estando por isso relacionado com o seu grau de vontade. Já a viabilidade, está associada à exequibilidade das atividades propostas pelo empreendedor. Esta exequibilidade vai depender dos níveis de capacidade do empreendedor social. Este antecedente está sobretudo relacionado com os *valores e personalidade* do empreendedor social que, por hábito, “mostram uma determinação obstinada que os impulsiona a assumir riscos e identificar soluções práticas para problemas sociais, compartilhando suas ideias e concentrando-as na criação de valor social” (Elkington e Hartigan cit. in Estivaleta 2018, pp. 175).

Outro antecedente que concerne o empreendedor é o **capital humano**. Enquanto o antecedente prévio está relacionado com os valores do empreendedor, este é definido pelos seus conhecimentos e habilidades. Jiao (2011) considera que o conhecimento do empreendedor social inclui o plano para iniciar e realizar as atividades relacionadas com o empreendimento social, incluindo os conhecimentos para entender os seus beneficiários e as suas necessidades de maneira a satisfazê-las através de métodos inovadores. Também Caldwell et al. (2012) e Balacazar e Sariepella (2014) abordam nos seus estudos a importância de o empreendedor conseguir reconhecer e identificar as necessidades dos futuros beneficiários dando o exemplo de projetos em que os beneficiários são indivíduos portadores de algum tipo de deficiência. Em ambos os estudos se conclui que, por vezes, um meio de garantir que as necessidades são reconhecidas é quando o próprio coordenador do projeto passou por elas.

O **capital social** é “a soma de recursos, reais ou virtuais, que revertem a favor de um indivíduo ou grupo em virtude do processamento de uma rede social duradora composta por relações institucionalizadas de reconhecimento mútuo” (Bourdieu e Wacquant cit. in Jiao 2011, pp. 136), por outras palavras, é criado pela estrutura das relações sociais e, quanto melhor e maior for esta estrutura, maior é a mobilização para facilitar as ações do empreendedor. Harris et al. (2013) menciona a importância do capital social, com destaque para o *networking* (atividade de criar laços e rede) nos empreendimentos sociais, defendendo que este meio é fundamental para as interações, quer sejam online ou cara a cara. Esta interação com outros empreendedores pode ajudar não só no acesso de informação, recursos e conceções de negócios como também pode ajudar a minimizar o risco e a responsabilidade financeira contribuindo para o desempenho do projeto e a criação de arranjos inovadores para lidar com os problemas sociais.

Os dois últimos antecedentes dizem respeito aos **fatores do ambiente social e do ambiente institucional**. O primeiro diz respeito ao apoio recebido de terceiros tanto a nível financeiro, como a nível educacional através de incentivos para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e de monitorização. Os fatores do ambiente institucional pressupõem a importância do apoio do governo, a concorrência no setor e as políticas públicas. Jiao (2011) chama a atenção para o facto de como nas últimas décadas muitos dos países desenvolvidos adotaram políticas económicas neoliberais que enfatizam o mercado como o principal mecanismo regulador dos recursos diminuindo assim a participação do governo. Como consequência houve uma diminuição do apoio económico por parte do governo às Organizações Não Lucrativas.

Todos os antecedentes nomeados anteriormente concentram-se com o objetivo de gerar criação de valor social, sendo o impacto social sobre um certo grupo de beneficiários o principal resultado.

No ponto que se segue discute-se um pouco mais em pormenor elementos-chave do conceito de empreendedorismo social, explícita ou implicitamente presentes nos modelos acima apresentados: a inovação, a sustentabilidade, a criação de valor e impacto.

## 1.4. Inovação, sustentabilidade, criação de valor e impacto no Empreendedorismo Social

### *A Inovação Social*

O conceito de inovação recebe, geralmente, definições bastante complexas. Para além disso, é muitas vezes confundido com os mais variados conceitos como invenção, melhoria e, até mesmo, com empreendedorismo. Prim et al. (2018) tentam descomplexificar o conceito ao propor uma definição que entende a inovação como um processo de várias etapas, através das quais as organizações transformam ideias em novos produtos e serviços com o objetivo de avançar, competir e diferenciarem e destacarem-se no mercado onde atuam. Esta inovação tradicional é sobretudo motivada pela obtenção e maximização de lucro.

No entanto, para este estudo o foco centra-se mais em entender o que é a inovação social. Segundo Mulgan (2007), entende-se por **inovação** social as atividades inovadoras, que são motivadas pelo objetivo de ir ao encontro de uma necessidade social e que são predominantemente desenvolvidos e difundidos através de organizações cujos propósitos primordiais são sociais. Assim dizendo, entende-se por inovação social a criação ou remodelação de atividades que são motivadas pelo objetivo de dar resposta a uma necessidade social, desafiando o *status quo* através da descontinuação de padrões sociais já existentes, desenvolvendo novos padrões que se mostrem mais eficientes e eficazes, visando melhorar o bem-estar de indivíduos ou comunidades (Mulgan 2007; Bezerra-de-Sousa e Teixeira, 2019 e Campigotto-Sandri et al. 2020). Sobre as possíveis áreas de atuação da inovação social, André e Abreu (2006) fazem destaque à satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; à promoção da inclusão social; e à capacitação de agentes ou atores sujeitos a processos de exclusão/marginalização social. Segundo Farinha et al. (2020), a inovação social representa uma nova solução que responda a um problema social de uma forma mais efetiva, eficiente e sustentável, do que as respostas já existentes, sendo por isso uma característica fundamental para o bom funcionamento de um projeto de empreendedorismo social.

Murrey et al. (2010) exploram no seu estudo as seis etapas presentes no processo da inovação social (Figura 3), sendo elas: Diagnóstico (*Prompts*); Proposta (*Proposals*); Protótipos (*Prototypes*); Sustentação (*Sustaining*); Difusão (*Scaling*) e Mudança Sistémica (*Systemic change*).

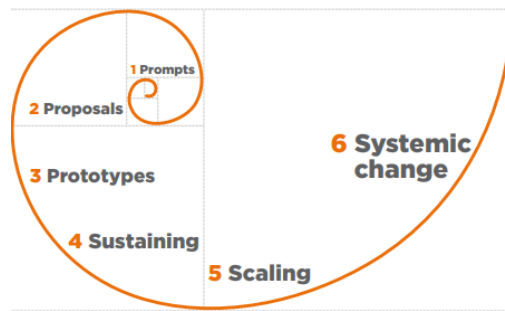


Figura 3: O processo da inovação social

Fonte: Murrey et al. (2010)

No que se refere a cada uma das fases, apresentamos abaixo ao que cada uma se refere e quais as suas particularidades.

- *Prompts*: Esta primeira fase está relacionada com o diagnóstico do problema que necessita de uma resposta inovadora. É feita uma investigação intensa para se entender, não só qual é o problema, como também as suas raízes de origem.
- *Proposals*: Nesta fase são propostas e discutidas as ideias que vão surgindo.
- *Prototypes*: Depois de discutidas as ideias, são escolhidas as com maior potencial. Estas últimas são então postas em prática para serem testadas e conferirem a sua viabilidade.
- *Sustaining*: Aqui pretende-se tornar a ideia numa atividade quotidiana. Aperfeiçoam-se ideias e procuram-se estratégias capazes de encontrar uma forma sustentável que permita a manutenção das atividades inovadoras e, por conseguinte, dos projetos. Tem a ver com o encontrar parcerias e outros recursos que possibilitem as atividades propostas se tornarem uma prática quotidiana.
- *Scaling*: Nesta fase procura-se encontrar estratégias para difundir a inovação. Possibilidade de os projetos serem alargados e até replicados por outras organizações de modo a alargar a resposta dada, criando um novo padrão.
- *Systemic change*: Este é o objetivo da inovação social. Criar uma mudança sistémica que transforme os sistemas como os conhecemos tornando a ideia inicial, numa realidade vivida no dia a dia da sociedade.

Relativamente à relação entre inovação social e empreendedorismo social, são muitos os estudos que tentam entender qual a diferença e relação entre estes dois conceitos, e se realmente podem existir um sem o outro, ou se são dois conceitos que se encontram agregados. Sobre esta discussão recorrente Campigotto-Sandri et al. (2020) defendem que as duas temáticas possuem definições diferentes e podem não ser entendidas como sinónimos ou condicionantes uma da outra. No entanto, existe claramente uma ligação entre o empreendedorismo social e a inovação social.

A principal característica em comum entre estes dois conceitos centra-se no caráter social dos dois, sendo que “ambos os fenômenos dizem respeito à promoção de melhorias para a sociedade e à solução de problemas sociais (...), destaca-se a complementaridade existente entre diferentes empresas sociais e processos de inovação social, uma vez que esta serve de estratégia para que as atividades daquelas alcancem maior impacto social e gere maior valor social” (Campigotto-Sandri et al. 2020, p.512).

Monteiro (2019), considera que a ação inovadora está no cerne do sucesso da dinâmica empreendedora, ou seja, a inovação social é um bom caminho para o empreendedor operar a “criação destrutiva” mencionada anteriormente por Schumpeter que conduz à mudança. Todavia o autor sublinha que nem todo o empreendedor é inovador, ou seja, apesar da inovação ser um bom indicador, nem todos os projetos de empreendedorismo social conseguem alcançá-lo, isto porque, apesar de tanto o empreendedorismo social como a inovação social terem como objetivo criar respostas a necessidades sociais, “só se pode afirmar que existe inovação social, quando a inovação implique criar mudanças sistêmicas na sociedade” (Lubberink 2018, p. 56). Segundo André e Abreu (2006) nesta ótica, a inovação social implica sempre uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, uma nova forma de pensar ou fazer algo, uma mudança social qualitativa, uma alternativa – ou até mesmo uma rutura – face aos processos tradicionais, surgindo como uma “missão ousada e arriscada”.

### ***A Sustentabilidade***

Nos últimos anos, como consequência dos problemas trazidos pela crise ambiental e económica, houve um crescimento relativo à preocupação com a sustentabilidade. Nascimento (2012) defende então que o termo sustentabilidade teve duas origens: uma biológica e outra económica. A origem biológica refere-se “à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (...) em face de agressões antrópicas (...) ou naturais”, já a origem económica como consequência “do desenvolvimento, em face da perceção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo (...) não tem possibilidade de perdurar” (Nascimento 2012, p. 51).

O conceito de sustentabilidade tem sido alvo de vários debates entre autores no que toca à sua conceptualização, assim dizendo, ainda há falta de consenso relativamente há sua definição, no entanto, uma das ideias centrais defende que a sustentabilidade é “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias necessidades” (Nascimento 2012, p. 54). Já sobre a sustentabilidade nos projetos de empreendedorismo social defende-se a ideia central de que aqui a sustentabilidade está

relacionada com “a forma como as organizações operam tendo sempre em conta o melhor interesse dos atuais e futuros stakeholders, garantindo a viabilidade e sobrevivência do projeto a longo prazo” (Satar 2022, p. 814). A viabilidade económica pode então ser vista como um aspeto particular da sustentabilidade. É importante salientar que esta viabilidade, no empreendedorismo social, deve ser encarada como um meio para atingir um fim e não a finalidade do projeto em si, ou seja, a viabilidade económica é um fator que tem influência no desempenho do projeto o que, consequentemente, contribui para a criação de valor proposto pelo mesmo.

Entre os estudos sobre a sustentabilidade foi elaborado o tripé da sustentabilidade ou, como é conhecido, “*Triple Bottom Line*” (Figura 4). Este esquema pretende sugerir que, para uma organização conseguir um caminho sustentável deve ter em conta três dimensões distintas: a dimensão económica; a dimensão social; e a dimensão social. No caso particular das organizações sociais, estas não têm necessariamente de seguir as três dinâmicas, sendo que as fundamentais para a sobrevivência e capacidade de resposta do projeto são, essencialmente, a dinâmica social e a financeira.

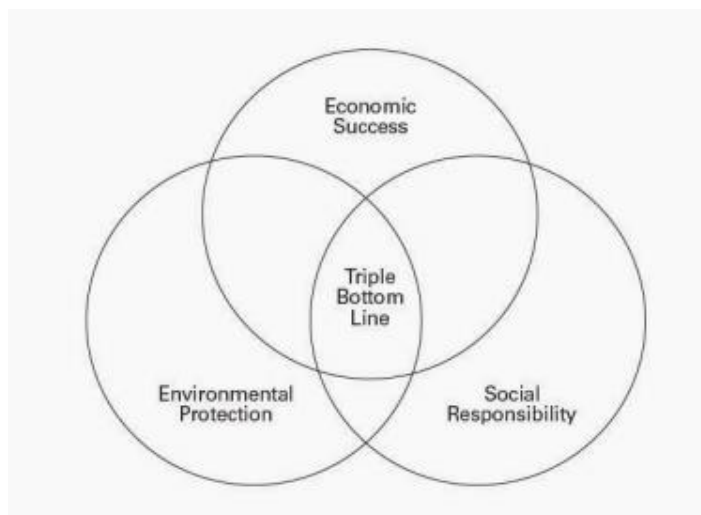


Figura 4: "The Triple Bottom Line"

Fonte: Satar (2022)

Satar (2022) argumenta que no desenvolvimento das três dimensões da sustentabilidade as organizações devem ter em conta a criação de redes de relações internas e externas (entre trabalhadores, colaboradores, parceiros, voluntários, beneficiários e as suas famílias); a prosperidade económica com a obtenção de recursos que garantam a sobrevivência e independência a nível económico; e indicadores e objetivos que visem reduzir o impacto ambiental.

Note-se que, de acordo com o modelo multidimensional de Weerawardena e Mort (2006) a sustentabilidade é um dos componentes essenciais do empreendedorismo social. No mesmo sentido, também Zhang e Swanson (2014) afirmam que “é evidente a forma como estes dois conceitos se ligaram intrinsecamente, cada vez mais organizações e projetos de empreendedorismo social se têm focado mais e fazendo avanços para se tornarem sustentáveis a vários níveis “(p. 180).

### ***A criação de valor e o impacto social***

Como se viu, a criação de valor social constitui o fim último de empreendedorismo social. Enquanto os modelos de Weerawardena e Mort (2006) e Jiao (2011) se centram nos componentes e antecedentes do empreendedorismo social, Fontenele et al. (2015) centram-se nos resultados ou impacto do empreendedorismo social, medido através da criação de valor. No seu estudo, estes autores identificam quatro pré-categorias analíticas que permitem perceber se há criação de valor nos projetos de empreendedorismo social. As quatro categorias de criação de valor incluem criação de valor económico e a criação de valor social conduzindo ao conceito de *blended value* (ver Figura 4). Este conceito, proposto inicialmente por Emerson (2003), combina a noção de inovação, criação de lucro e de valor social. Considera-se que para a sobrevivência de um empreendimento social é necessário que haja um equilíbrio entre este três fatores isto porque, apesar da procura de lucro não ser o principal objetivo de um empreendimento social, a geração de receitas permite maior liberdade e flexibilidade por parte do empreendedor para conseguir os meios necessários para se adaptar e responder de forma adequada aos problemas sociais a que visa dar resposta aumentando a probabilidade de gerar criação de valor social por isso é importante que os empreendimentos sociais obtenham resultado financeiros positivos



Figura 5: Criação de valor em empreendimentos comerciais e em empreendimentos sociais

Fonte: Fontenele et al. (2015)

Segundo estes autores, a criação de valor de um empreendimento social pode ocorrer nas seguintes dimensões:

- i. resultados financeiros
- ii. os desenvolvimentos de ação social na comunidade,
- iii. a diminuição de exclusão social e
- iv. a melhorias ou transformações da realidade social do grupo beneficiário,

Poderemos dizer que, enquanto a primeira é uma condição para viabilidade/sustentabilidade do projeto; as restantes três constituem a concretização da Missão do projeto e enquadram os impactos sociais das iniciativas.

Em suma,

O modelo multidimensional proposto por Weerawardena e Mort (2006), o modelo conceptual de Jiao (2011), juntamente Fontenele et al. (2015), no seu conjunto, aportam importantes contribuições para os estudos sobre o empreendedorismo social e a sua visão de criação de valor social. Ao agrupar as dimensões dos três modelos é possível proceder uma análise alargada de um empreendimento social, incluindo antecedentes, componentes e consequências do empreendedorismo social.

No ponto que se segue aborda-se o conceito de deficiência e a problemática da exclusão das pessoas portadores de deficiência, para evidenciar a necessidade e importância de iniciativas de empreendedorismo social neste domínio.

## 2. Sobre a deficiência

### 2.1 A evolução do termo deficiência

Para se entender a forma como a sociedade trata a pessoa com deficiência é fundamental olhar e rever a história desta relação de maneira a podermos compreender a evolução das diferentes concepções de deficiência ao longo das várias eras.

Carvalho-Freitas e Marques (2007) analisam no seu estudo a diversidade e evolução do termo deficiência ao longo do tempo de forma a entender as repercussões que o entendimento do conceito em questão tinha na relação entre os indivíduos portadores de deficiência com os restantes membros da sociedade. Para isso os autores enumeram seis matrizes de interpretação, entendidas como seis “modalidades relativamente estáveis e organizadas de pensamento, ancoradas em concepções de homem, mundo e sociedade, as quais organizam a atividade social, reconhece e qualifica necessidades e admite formas de satisfazê-las, em função dos seus fins” (Carvalho-Freitas e Marques 2007, p. 62). As seis matrizes são: o modelo da subsistência/ sobrevivência; sociedade ideal e a função instrumental; a deficiência como fenômeno espiritual; a normalidade; a inclusão social; a técnica

A matriz da **subsistência/ sobrevivência** diz respeito ao modelo que caracteriza a realidade das pessoas com deficiência durante os períodos da Grécia Antiga e, mais tarde, o período do Pós Segunda Guerra Mundial. Aqui as pessoas com deficiência só conseguiriam alcançar a sua integração na sociedade após se mostrarem capazes de realizar atividades que contribuam para a vida social num todo. No entanto, apesar de ambos os períodos mencionados acima se caracterizarem com uma matriz de interpretação de subsistência/ sobrevivência, na vida Pós Segunda Guerra Mundial o papel das pessoas com deficiência começa a transformar-se no sentido em que os feridos de guerra, que agora apresentavam deficiências físicas, eram vistos como grandes contribuidores para a vida social.

No período clássico nasce a matriz **da sociedade ideal e a função instrumental** marcada pela procura de uma sociedade utópica, pela busca de uma sociedade que funciona de forma ideal com a contribuição perfeita de todos os cidadãos pelo que, as pessoas com deficiência não tinham lugar nesta sociedade e, como consequência, estes indivíduos eram vítimas de uma exclusão plena que era encarada pelo resto da sociedade como algo natural. Para além da justificação anteriormente dada, havia ainda quem justificasse esta exclusão utilizando o argumento da redução de custos sendo que “as despesas destinadas às pessoas com deficiência, que não poderiam tornar-se

economicamente ativas, eram negativas do ponto de vista do custo/ benefício, e os recursos destinados à saúde eram racionados” (Gallagher cit. in Carvalho-Freitas e Marques 2007, p. 66).

A **deficiência como fenômeno espiritual** é a matriz que regula as ações da sociedade para com as pessoas portadoras de deficiência durante a Idade Média marcada pelo nascimento do cristianismo e pelo aparecimento das primeiras instituições de abrigo para indivíduos com deficiências. Neste período nascem então três novas ações sociais “a intolerância, manifestada por meio da inquisição, que associava a deficiência à revelação do pecado; a defesa da existência de instituições que cuidem dessas pessoas; e o incentivo à difusão de donativos como uma forma de caridade” (Carvalho-Freitas e Marques 2007, p. 68). No entanto, chama-se à atenção para o facto de que apesar da institucionalização da deficiência, estes eram indivíduos que se encontravam maioritariamente excluídos do resto da sociedade, sendo a sua única forma de integração através de pequenos serviços dentro das próprias instituições. Viviam exclusivamente da caridade do resto da sociedade. Aqui a deficiência era muitas vezes encarada como sendo um castigo divino.

A **matriz da normalidade** teve início na Idade Moderna que foi marcado pelo iluminismo, período em que se valorizava a razão e questionava os saberes da era anterior como a fé e o absolutismo. Carvalho-Freitas e Marques (2007) afirmam que o desenvolvimento da medicina, nesse período, produz um deslocamento na conceção de deficiência que se desloca dos seus diversos sentidos espirituais para uma manifestação da doença. Também neste período as pessoas com deficiência eram tipicamente segregadas para instituições, mas desta vez hospitalares ou psiquiátricas onde a pessoa receberia acompanhamento médico. A diferença entre estes dois últimos períodos “é a mudança de status das pessoas com deficiência de vítimas de um poder sobrenatural para o status de “desviantes” ou doentes, sendo a matriz de interpretação predominante sobre a deficiência os critérios de normalidade definidos pela medicina” (Carvalho-Freitas e Marques 2007, p. 70). É com base nos princípios desta matriz de interpretação que começam a surgir os primeiros dados teóricos que contribuíram para o surgimento do primeiro modelo teórico da deficiência, o modelo médico.

A **inclusão social** é a matriz que surgiu pela primeira vez no século XX. Este período fica marcado pelo início da consciencialização face à necessidade de igualar o acesso aos direitos humanos e civis das minorias. Este modelo “passa a ser um fenómeno contingencial que remodela as ações sociais, procurando ajustar o ambiente também à natureza das pessoas com deficiência” (Carvalho-Freitas e Marques 2007, p. 72). Os principais valores são a inclusão, a acessibilidade e as potencialidades das pessoas com

deficiência. A deficiência deixa de ser um problema individual e passa a ser um problema social. São estas ideias da matriz interpretativa da inclusão social que dão as bases para o modelo social da deficiência.

A última matriz apresentada por Carvalho-Freitas e Marques (2007) é a **técnica** e consiste no deslocamento da questão da diversidade como problema social para se transformar em um problema técnico a ser gerenciado como um recurso dentro das organizações de trabalho, o que se denomina por gestão da diversidade.

## **2.2 A Deficiência na atualidade e os seus modelos teóricos**

Na atualidade, as matrizes da *normalidade*, da *inclusão* e *técnica* são as que ocupam um espaço de discussão e de trabalho, correspondendo a diferentes abordagens ao fenômeno, que poderemos sucintamente designar, como abordagem médica, abordagem social e abordagem socioeconômica, respetivamente. Considerando que a abordagem técnica se distingue da abordagem social pelo seu foco na integração no mercado de trabalho, poderemos assumir que, na atualidade, existem duas vias distintas para a integração: uma baseada na correção de uma deficiência; outra baseada na resposta da sociedade e das suas instituições às necessidades e especificidades das pessoas com deficiência.

Carvalho-Freitas e Marques (2007) defendem que, através da análise de estudos feitos sobre a diversidade imposta pelo problema da inclusão social das pessoas com deficiência, verifica-se que um fator explicativo para esta questão é a maneira como o pensamento da sociedade está alinhado sobre a deficiência. Esta forma de interpretar a deficiência está fundamentada em estereótipos criados por crenças baseadas no preconceito para com estes indivíduos. É importante reconhecer e compreender as diferentes formas de pensamento relativas à deficiência porque as ideias e os pensamentos têm uma grande influência na maneira de agir e muitas das vezes moldam os nossos comportamentos e atitudes de maneira mecânica, ou seja, involuntária.

Nesta tentativa de se tentar compreender o que é a deficiência e com base nas duas vias perspectivadas para a integração de PPD, surgiram três modelos que nascem com o objetivo de dar algumas explicações sobre este conceito: o modelo médico, o modelo social e o modelo biopsicossocial.

Para explicar cada modelo é importante entender os principais conceitos e terminologias que estão relacionadas nos estudos sobre a deficiência correspondentes a cada modelo.

Durante a década de 80 do século XX, a Organização Mundial de Saúde (OMS) lança um documento intitulado de Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID) que tinha como propósito classificar as consequências. Para isso alistou três conceitos: deficiência, incapacidade e desvantagem.

No seu estudo, Amiralian et al. (2000), consideram ser importante esclarecer a dissemelhança entre estes conceitos que, apesar de distintos, são muitas vezes confundidos, definindo-se da seguinte forma:

- Deficiência (*disability*) a “perda ou anormalidade, temporária ou permanente de uma estrutura física ou função fisiológica, psicológica ou anatômica” (Amiralian et al. 2000, p. 98).
- Incapacidade (*impairment*) a “restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o humano” (Amiralian et al. 2000, p. 98), segundo esta perspectiva é vista como uma consequência do corpo.
- Desvantagem (*handicap*) o “prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais” (Amiralian et al. 2000, p. 98), está por isso relacionado à perda da qualidade de vida do indivíduo e depende das atribuições culturais e sociais.

Segundo França (2013), o esquema causal apresentado na Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID) propunha que a desvantagem vivida pelas pessoas com deficiência seria somente consequência das limitações físicas do indivíduo, sejam elas na estrutura do corpo (deficiência) ou no seu funcionamento (incapacidade). Após uma breve revisão do documento e dos conceitos nele apresentados introduzimos o modelo médico da deficiência, cujos princípios estão visíveis na CIDID (*Figura 6*).

Doença  
Ou     ⇒ Deficiência ⇒ Incapacidade ⇒ Desvantagem  
Distúrbio

*Figura 6: Modelo causal linear apresentado pela OMS no CIDID*

Fonte: Amiralian et al. (2000)

O modelo médico (associado à matriz da normalidade) vem por de parte a explicação espiritual até então dada sobre a deficiência e oferece uma explicação biológica que se centra no corpo do indivíduo, trazendo assim uma perspectiva individualista da doença

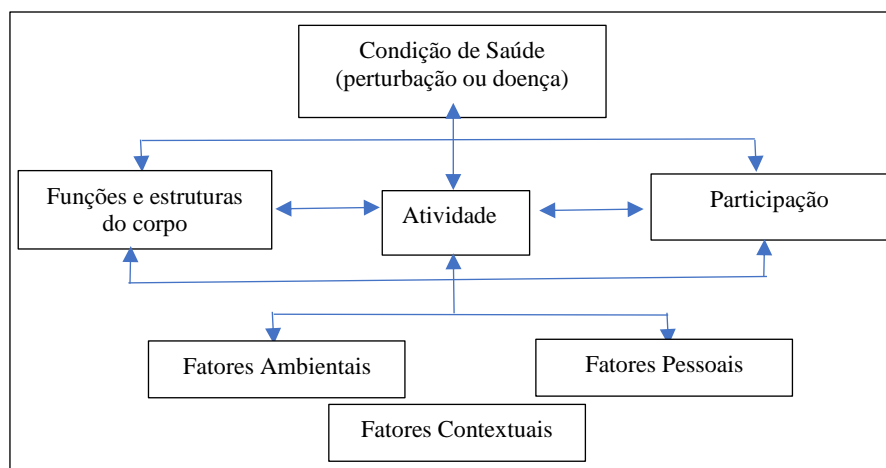
que encara a deficiência como uma desvantagem natural. Este modelo vê a deficiência como “uma restrição corporal que necessita de avanços na área da medicina, reabilitação e da genética para oferecer tratamento adequado para melhoria do bem-estar das pessoas” (Santos 2008, p. 503) defendendo a reabilitação dos indivíduos. Segundo esta linha de pensamento a inclusão social só é considerada, caso o individuo seja curado e se enquadre nos padrões de normalidade impostos pela sociedade. É por isso um modelo individualista e normativo que vê as pessoas com deficiência como “sujeitos passivos, dependentes e cuidados” (Martins et al. 2012, p. 47).

O modelo social surge na década de 1960 como uma crítica à visão individualista do modelo anterior defendendo que a deficiência é “a desvantagem ou restrição de atividade causada pela organização social contemporânea que não (ou pouco) leva em consideração as pessoas que possuem uma lesão, e assim as exclui da participação das atividades sociais” (UPIAS cit. in França 2013, pp. 62). Para além de dar uma nova abordagem ao conceito de deficiência este modelo traz ainda uma explicação para o termo de lesão que corresponde à “falta completa ou parcial de um membro, ou ter um membro, órgão ou uma função do corpo com defeito” (UPIAS cit. in França 2013, pp. 62). A deficiência deixa então de ser vista como uma desvantagem natural, para ser entendida como uma desvantagem social e um processo de opressão ao corpo. Este modelo critica também a visão normativa, que vê a deficiência como um desvio do padrão dito normal do funcionamento, proposta pelo modelo médico, apelando assim ao entendimento e sensibilidade social em relação às diversidades humanas e corporais defendendo que “os próprios ambientes sociais estabelecem parâmetros e valores sobre a expectativa sobre o normal e o patológico e, conseqüentemente, quais tipos de pessoas têm maior probabilidade de serem consideradas membros normais de cada um desses ambientes” (Goffman cit. in Santos 2008, p. 504) pelo que não é o corpo do individuo que tem de ser normalizado, mas sim a sociedade que tem de se adaptar de forma a garantir o mesmo nível de acessibilidade a todos os indivíduos. Martins et al. (2012) explicam como este modelo, que vem relacionar os problemas da deficiência com as estruturas e ambientes sociais, teve implicações na capacitação identitária destes indivíduos no sentido em que possibilitou a modificação na posição social dos mesmos.

No entanto, também este modelo foi alvo de várias críticas nomeadamente sobre a sobrevalorização da independência discutida no modelo social e a questão dos gravemente feridos que nunca conseguiram ser totalmente independentes, não obstante aos ajustes feitos na sociedade. Diniz (2003) defende que para esse grupo de deficientes, a saída são princípios de bem-estar não assentados em uma ética individualista ou da produção, mas no princípio da interdependência das pessoas. Este é um fundamento

que, infelizmente, o modelo social não seria capaz de considerar legítimo visto que se tornou tabu falar nas necessidades especiais do corpo com lesões, ocultando a realidade da dor, do sofrimento e dos limites corporais.

Como resposta às críticas aos dois modelos anteriores sintetizando-os num modelo biopsicossocial que “reconhece a deficiência como resultado da interação entre funções do corpo, estruturas do corpo, atividades e participação, e fatores ambientais” (Martins et al. 2012, p.48), a Organização Mundial de Saúde propõe a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) apresentada na *Figura 7*.



*Figura 7: Interações entre os componentes da CIF*

Fonte: Adaptada DGS, OMS (2004)

Segundo Martins e Borges (2012), este modelo propõe uma nova definição de deficiência física, entendendo-a como uma condição em que o indivíduo vivencia um desvio significativo ou perda da função ou estrutura do corpo que resulta em limitações físicas que podem afetar negativamente a sua participação na vida social. Este modelo chama também à atenção para os conceitos de funcionalidade e incapacidade. Enquanto a *funcionalidade* diz respeito aos aspectos positivos da interação de um indivíduo portador de algum tipo de deficiência física, com fatores ambientais e pessoais, a *incapacidade* está relacionada com os aspectos negativos dessa interação, assim dizendo, ambos os termos dependem da interação dos fatores biológicos, psicológicos e sociais que, como efeito, vão determinar o nível de atividade e participação social do indivíduo. Essencialmente este modelo vem integrar os dois modelos anteriores ao assumir que na abordagem à deficiência não basta olhar para os fatores biológicos relacionados ao corpo do indivíduo, assim como não é suficiente afirmar que o problema está nas barreiras e estruturas sociais. Para entender a deficiência é preciso seguir um modelo multidimensional que inter-relaciona os fatores psicológicos, biológicos e sociais.

## 2.3. Da exclusão da comunidade deficiente à inclusão social e técnica

As diferentes matrizes de interpretação do termo deficiência têm diferentes pressupostos sobre as possibilidades de inserção das pessoas com deficiência e conseqüentemente sobre as diferentes abordagens do ponto de vista de ação social, tal descrito por Carvalho-Freitas e Marques (2007) e evidenciado na *Tabela 2*

*Tabela 2: A evolução do termo “deficiência” e diversidade de abordagens à sua integração*

<b>Matriz de interpretação predominante</b>	<b>Ação social decorrente</b>	<b>Possibilidades de inserção da pessoa com deficiência</b>
Subsistência/sobrevivência	Ações de exclusão ou inclusão social da PPD com vistas a propiciar a manutenção da sociedade	Integração mediante comprovação de contribuição social efetiva, por meio do trabalho.
Sociedade ideal e função instrumental da pessoa	Exclusão social	Ausência de possibilidade de integração
Espiritual	Segregação/caridade	Segregação em instituições de caridade separadas da sociedade ou exposição pública sujeita à compaixão. O sentimento de caridade é o fator determinante dessa matriz
Normalidade	Segregação /integração	Segregação em instituições hospitalares ou psiquiátricas ou inserção da pessoa com deficiência mediante sua “retificação” e adequação social
Inclusão social	Inclusão das pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais	Inclusão das pessoas com deficiência a partir das modificações dos espaços sociais, visando ser acessível a todos
Técnica	Gestão da diversidade como recurso a ser administrado nas organizações de trabalho	Inclusão no trabalho das pessoas com deficiência e gestão do trabalho dessas pessoas como um recurso dentro das organizações

Fonte: Carvalho-Freitas e Marques (2007)

Se as primeiras três matrizes de interpretação da deficiência (baseadas na *subsistência*, na *sociedade Ideal* e a na *espiritualidade*) não preveem a possibilidade de inclusão de pessoas portadoras de deficiência (PPD) ou apenas uma inclusão resultante da sua própria capacidade de produção (no caso da matriz *subsistência/sobrevivência*), nas últimas três matrizes (da *Normalidade*, da *Inclusão Social* e a *Técnica*) e em particular nas últimas duas, a inclusão de PPD já é perspetivada como uma responsabilidade da sociedade e das suas instituições.

Apesar disso, o processo de exclusão que foi sendo imposto durante muitos séculos, sobre as pessoas com deficiência tem vindo a dificultar, na prática, a sua integração social. Como referem Caldwell et al. (2012), existem ainda muitos fatores socioculturais que limitam a habilidade das pessoas com deficiência. O grupo social de PPD é considerado uma minoria e, tal como muitas outras minorias, é um grupo que é muito afetado pelo

juízo e por *estigmas*<sup>1</sup> que Maciel (2000) considera serem graves visto que estes dão a entender que pessoas cegas, surdas e com deficiências mentais ou físicas são indivíduos incapazes e indefesos. Todos estes estigmas induzem um processo de exclusão que é vivido por pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. Neste sentido, Kastenholz et al. (2015), argumentam que exclusão resulta, em grande medida, do facto que a maioria dos espaços, contextos e atividades sociais são desenhadas para os corpos/pessoas convencionais.

Também Resende & Barbos (2018, p.3) mencionam o estigma dirigido às pessoas com défices e, recorrem a Goffman (2004) para explicar o porquê deste estigma impor o processo de exclusão sobre esta minoria. Segundo Goffman (2004) é nos primeiros momentos de contacto pessoal com uma pessoa que prevemos a sua categoria e os seus atributos, ou seja, a sua identidade social e quando a identidade de um indivíduo não vai de encontro a certas exigências sociais, este “passa a ser considerado uma pessoa diminuída e estigmatizada, o que impõe o processo de exclusão” (Goffman 2004 cit. in Resende & Barbos 2018, p.3).

Podemos então afirmar que estes indivíduos são vítimas de vulnerabilidade e invisibilidade social. Por *vulnerabilidade* entende-se a “zona intermediária e instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de coesão social” (Castel cit. in Santos 2008, p. 511). Segundo Santos (2008), pessoas portadoras de deficiência são duplamente afetadas pelas consequências desta vulnerabilidade porque não são reconhecidas socialmente como sendo indivíduos produtivos o que dificulta a inserção no mercado de trabalho e, por outro lado sentem dificuldade em garantirem a sua autonomia tanto a nível económico como social e simbólico. Já para falar na *invisibilidade* social vivida por estes indivíduos Martins et al. (2012) recorre ao termo “corpo silencioso” para descrever a realidade das pessoas portadoras de deficiência que são excluídas da vida social. Posto isto, “é preciso fortalecer a autonomia das pessoas com deficiência e mostrar ao mundo a sua existência e as suas potencialidades, além do facto de que são dignas de direitos iguais àqueles dos quais as pessoas sem deficiência usufruem” (Resende & Barbos 2018, p.9). A pessoa com deficiência deve então “ser considerada como membro ativo da sociedade e como cidadã imprescindível para o desenvolvimento de um país equânime” (Resende, Souza & Resende 2012 cit. in Resende & Barbos 2018, p.5).

---

<sup>1</sup> Entende-se por estigma “a situação do individuo que está inabilitado para a aceitação social plena” (Goffman 2004, p. 4)

Note-se, como refere Martins (2017, p. 16), que tendencialmente “as políticas sociais só residualmente captam a sedimentada naturalização da sua exclusão social” pelo que é preciso trabalhar para que estas comecem a captar a vertente da inclusão social e visibilidade do estigma de maneira a libertar as “pessoas com deficiência face a uma ótica centrada exclusivamente nas limitações funcionais individuais a favor de uma perspetiva que, ao invés, visibilize o modo como as suas potencialidades se encontram reféns das formas excludentes de organização social” (Oliver 1990, Corker e French 1999 cit. in Fontes e Martins 2015, p. 3). Neste sentido, é importante o reconhecimento da opressão/discriminação vivida pelo primeiro grupo. Esta opressão é sentida a vários níveis, como por exemplo: “valores culturais paternalistas, barreiras arquitetónicas de comunicação e transporte, ausência ou inadequação de apoio no sistema regular de ensino, critérios excludentes no acesso ao ensino superior e ao emprego, entre outros” (Fontes e Martins 2015, p.2). É nestas áreas que é preciso desenvolver e aumentar a acessibilidade para que estas pessoas consigam interagir e integrar-se num ambiente social que também os beneficie quer a nível de capacitação pessoal, quer a nível da inclusão social.

Segundo Dantas et al. (2014), existe a crença de as pessoas com deficiência são frágeis e incapazes de se posicionar e enfrentar os desafios da vida. Por esta razão, a noção de empoderamento é muito usada no diálogo sobre os grupos de pessoas que são excluídos ou discriminado perante o resto da sociedade. Está ligado aos movimentos que pretendem fortalecer, potencializar e capacitar estes indivíduos, nomeadamente as pessoas portadoras de deficiência (Zimmerman, 2000). A ideia do *empowerment* passa por estes grupos ganharem a confiança e autonomia necessárias para se tornarem indivíduos independentes, capazes de tomar as próprias decisões.

A inclusão social desta minoria não é apenas um benefício para o grupo social referido, mas é também considerada “uma medida de ordem económica, uma vez que o portador de deficiência e outras minorias tornam-se cidadãos produtivos, participantes, conscientes de seus direitos e deveres, diminuindo, assim, os custos sociais” (Maciel 2000, p. 56). Machado et al. (2018) defendem que para incluir indivíduos na sociedade não basta apenas combater a pobreza, as discrepâncias no mercado de trabalho, é também necessário consciencializar a sociedade num todo sobre princípios como a aceitação das diferenças individuais, a convivência na diversidade humana e a aprendizagem através da cooperação.

## **2.4 Políticas públicas e Empreendedorismo social: caminhos para a inclusão social de pessoas com deficiência**

Martins (2017) defende que o facto do caminho para a inclusão social desta minoria estar sempre a ser adiado mostra como o elemento biológico (o corpo), na base da opressão das pessoas com deficiência, aparece mais resistente à desnaturalização da subalternidade do que aquele que está na base das construções de raça ou diferença sexual e que estamos perante formas de opressão social em que o elemento biológico individual da deficiência é tomado como justificação suficiente para a compreensão da falta de participação deste grupo nas atividades centrais da sociedade.

Como já foi dado a entender, “a história da deficiência sempre foi escrita pelo viés das limitações dessas pessoas, e não de suas potencialidades” (Maciel 2000 cit. in Resende & Barbos 2018, p.3). Martins (2017), chama à atenção para o facto de que só no século XX, os serviços dirigidos às pessoas com deficiência começaram a assumir uma abordagem menos assistencialista e que, como consequência de os países centrais do sistema mundial assumirem uma posição de vanguarda, os discursos e práticas dirigidos às pessoas com deficiência começaram a enfatizar a necessidade de estas serem socialmente reabilitadas e integradas. No entanto, as políticas sociais ora se mostravam insuficientes, ora informadas por uma visão muito parcial das transformações necessárias à participação das pessoas deficientes na vida social.

No entanto, nos últimos anos, a União Europeia e os seus estados-membros têm tentado abordar mais a questão social e económica do grupo de pessoas com deficiência. Halabisky (2014) resume no seu trabalho os objetivos das medidas defendidas pela Estratégia Europeia da deficiência que esteve em vigor entre 2010 e 2020. Os objetivos são:

- “afirmar a necessidade de respeitar e proteger a dignidade humana, garantir a integração das pessoas com deficiência na comunidade e proibir a discriminação da pessoa com deficiência”;
- “lutar contra a discriminação aquando da elaboração de políticas e legislações”;
- “proteger e salvaguardar os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência” (European Disability Strategy cit. in Halabisky 2014, p. 4).

Em Portugal, as entidades públicas têm promovido várias iniciativas e mecanismos para minimizar a exclusão social das pessoas com deficiência, seguindo as diretivas da União Europeia neste domínio e refletindo sobre uma nova geração de políticas sociais orientadas para a participação e integração social” (Kastenholt et al. 2015, p. 1264).

Têm também aparecido movimentos a favor da inclusão da população com deficiência que têm ganho cada vez mais visibilidade. Estes movimentos têm investido na luta pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência, assim como na sua inclusão e participação ativa contribuindo para o aumento da sua autonomia, da sua autoestima e investindo no seu empoderamento. Podemos dizer que, apesar de ainda ser necessário dar mais visibilidade a esta questão social, “a luta política passou então a estar mais sensível às relações de poder que estão presentes na vida quotidiana, ao efeito das representações culturais e às políticas do corpo, criando-se, com esta mudança, um inédito espaço de enunciação para a experiência de exclusão vivida pelas pessoas com deficiência” (Fontes e Martins 2015, p.2).

No entanto é preciso esclarecer que “quando comparado com outros estados europeus, Portugal revela várias fragilidades, nomeadamente na proteção de pessoas com deficiência e no desenvolvimento de estratégias efetivas para lidar com as desigualdades deste grupo” (Kastenholz et al. 2015, p. 1264). Segundo Kastenholz et al. (2015), a inclusão social é uma das maiores ambições do nosso tempo e inclusão implica a retirada de barreiras de diversas naturezas, não apenas físicas, que impedem o direito da obtenção completa da cidadania.

Neste sentido, a mais recente Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENIPD 2021-2025) assenta em oito eixos estratégicos sendo eles:

- a cidadania, igualdade e não discriminação;
- a promoção de um ambiente inclusivo;
- a educação e qualificação;
- o trabalho, emprego e formação profissional;
- a promoção da autonomia e da vida independente;
- as medidas, serviços e apoios sociais;
- a cultura, desporto, turismo e lazer;
- o conhecimento, investigação, inovação e desenvolvimento.

É neste contexto político e de movimentos da sociedade civil, que as iniciativas de empreendedorismo social têm vindo a desempenhar um papel importante, como motores na implementação de respostas inovadoras para a integração de pessoas com deficiência. Balacazar e Sariepella (2014) defendem como o empreendedorismo social, para além de contribuir para a inclusão das pessoas portadoras com deficiência através da prestação de atividades nas quais eles são os beneficiários, pode também ser uma forma de inclusão no sentido em que os próprios projetos são lançados por empreendedores sociais com deficiência que viram aqui uma oportunidade de, não só se

inserirem no mercado de trabalho, como também de, através da própria experiência, arranjar soluções a vários problemas sociais que outros indivíduos, também com deficiências, enfrentam no dia-a-dia.

Kummitha (2017) na sua obra “Social Entrepreneurship and Social Inclusion: Processes, Practices, and Prospects” pretende mostrar a relação entre empreendedorismo social e inclusão, defendendo que o empreendedorismo social é um fenómeno que tem todo o potencial para trazer as comunidades excluídas para o “*mainstream*”, afirmando que as atividades inovadoras propostas pelos empreendedores sociais e a forma sustentável como estes atuam têm criado os cenários necessários, que nem o governo, nem o mercado conseguiram criar para dar respostas a problemas sociais há muito sentidos, como é o caso da exclusão das pessoas portadoras de deficiência. O autor defende ainda que a noção de exclusão social e de empreendedor social têm uma relação interativa no sentido em que a exclusão social descreve a privação dos excluídos, enquanto os empreendedores sociais tentam encontrar solução para pôr fim a essa privação, contribuindo para a igualdade de oportunidades, de acessos e de cidadania das pessoas excluídas, como é o caso das pessoas com deficiência.

Em Portugal, algumas dessas iniciativas foram já identificados no Mapa de Empreendedorismo e Inovação social (MIES, 2015) com cerca de duas dezenas de projetos sociais, espalhados de norte a sul do país, especificamente focados na inclusão das pessoas portadoras de deficiência quer a nível social, socioprofissional, ou até mesmo educacional oferecendo-lhes as ferramentas necessárias de apoio e capacitação de modo a contribuir para a sua inserção na sociedade. Todavia, para além dessa identificação, pouco se sabe sobre a origem, as dificuldades e os desenvolvimentos dos projetos de empreendedorismo social direcionados para PPD, bem como sobre a sua sustentabilidade e os impactos reais sobre os seus públicos –alvo, em particular no que se refere à sua inclusão, empoderamento e autoestima. É sobre estas questões que nos debruçamos no estudo empírico.

## **Parte II: Propósito e objetivos do estudo empírico, modelo de análise e quadro metodológico**

### **3. Propósito, objetivos do estudo e modelo de análise**

#### **3.1 Propósito e objetivos do estudo**

Partindo do propósito, já enunciado, de compreender *como* projetos de empreendedorismo social podem contribuir significativamente para a inclusão de pessoas com deficiência, esta investigação tem como principal objetivo e fio condutor conseguir dar uma resposta mais clara às seguintes questões de investigação: Como surgem e se mantêm estas iniciativas de empreendedorismo social? Qual é o impacto dos projetos de empreendedorismo social na inclusão das pessoas com deficiência? e mais especificamente, Qual a influência destes projetos no empoderamento, valorização e autoestima destes indivíduos?

Estabelecendo-se os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Compreender de que forma o empreendedorismo social pode contribuir para a inclusão social de pessoas com deficiência.

Objetivos Específicos:

- Identificar e caracterizar projetos de empreendedorismo social direcionados para a inclusão socioprofissional de pessoas com deficiência e de que forma surgiram e se desenvolveram;
- Perceber qual o papel e as características dos empreendedores sociais que os promoveram;
- Que fatores contribuem para a sustentabilidade dos projetos;
- Avaliar o seu impacto na vida da pessoa portadora de deficiência.

### 3.2 O modelo de análise

De forma a conseguirmos dar resposta às questões colocadas foi elaborada uma revisão bibliográfica que pudesse contribuir para um conhecimento mais aprofundado sobre as particularidades que tornam o empreendedorismo social, uma trajetória viável para responder a problemáticas sociais (capítulo 1). O modelo multidimensional do empreendedorismo social de Weerawardena e Mort (2006) e o modelo conceptual de Jiao (2011), juntamente com as contribuições de Fontenele et al. (2015), oferecem importantes contribuições para os estudos sobre o empreendedorismo social e a sua visão de criação de valor social.

A revisão sobre a problemática da deficiência (capítulo 2) permitiu identificar quatro categorias de resultados ou impactos nos aos beneficiários, sendo elas: a inclusão, o empoderamento, a valorização e a realização pessoal.

Com base nas contribuições dos diversos autores elaborou-se o modelo de análise representado na *Figura 8* que servirá de base para o estudo empírico sobre as iniciativas de empreendedorismos social no domínio da deficiência. Este modelo permite proceder uma análise alargada do projeto de empreendedorismo social, incluindo *antecedentes*, *componentes* e *consequências* do empreendedorismo social.

Sobre os *antecedentes* da iniciativa de empreendedorismo social consideram-se o **empreendedor social**, nomeadamente as suas características (conhecimento e experiência, i.e., o capital humano) e motivações (vontade, viabilidade e perceção de oportunidade) e os **fatores ambientais** (sociais e institucionais) que facilitaram (ou dificultaram) a emergência do projeto e também o seu desenvolvimento.

Sobre as *componentes* da **iniciativa de empreendedorismo social**, destacam-se dois aspetos fundamentais: a (e o processo de) inovação social e a (os desafios da) sustentabilidade

Relativamente às *consequências* do empreendedorismo social, dizem respeito aos impactos na vida dos **beneficiários**, i.e., das **pessoas portadoras de eficiência**, ao nível da inclusão, empoderamento, (auto) valorização e realização pessoal.

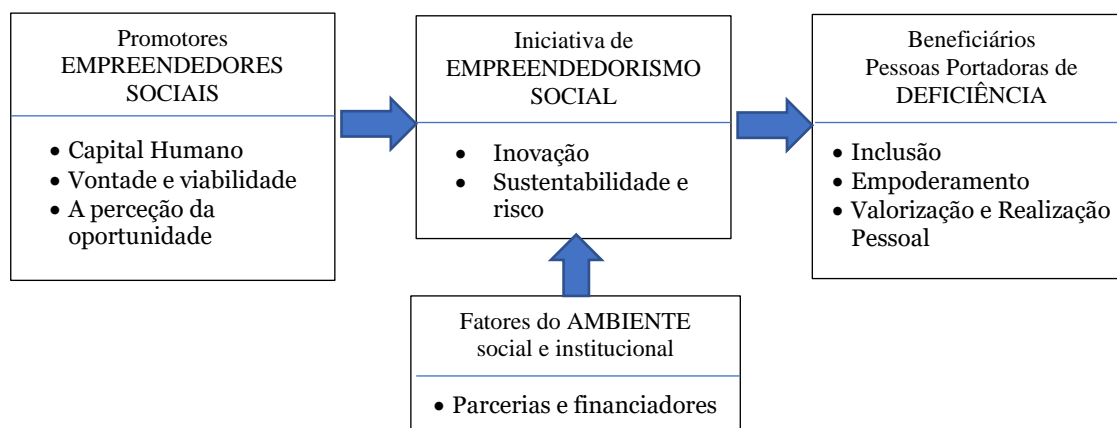


Figura 8: : Modelo de análise

## 4. Metodologia

Segundo Augusto (2014) entende-se por metodologia a interação entre teoria e método que lida com questões que moldam o curso da pesquisa e está relacionada com os laços que existem entre o que queremos saber e os caminhos a trilhar para lá chegar pelo que, na primeira parte da investigação, foi realizada uma pesquisa intensiva sobre as duas temáticas que servem como fio condutor para este trabalho: o empreendedorismo social e a realidade das pessoas com deficiência. Já nesta segunda parte foi tida em conta qual seria o método que mais enriqueceria este estudo. Gomes (2007) chama a atenção para o facto de que a construção do referencial teórico-metodológico é primordial e pode ser bastante complexa e deve por isso ser desenvolvida com cautela e de forma ponderada, isto porque a natureza do estudo proposto exige do investigador uma postura cuidadosa e atenciosa para com o objeto, uma vez que é através da observação que é possível ver o que está oculto, ouvir o que não foi dito e ler aquilo que não está escrito.

### 4.1 A natureza e estratégia da investigação

Nesta investigação recorreu-se a uma **estratégia de estudo de caso**. Yin (1984) defende que o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa abrangente que permite compreender melhor um fenómeno social. Ventura (2007), no seu estudo, enumera três vantagens da utilização dos estudos de caso numa investigação:

- estimulam novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planeamento;
- enfatizam a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo;
- apresentam simplicidade nos procedimentos, além de permitir uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles.

O estudo de caso pode ser único ou múltiplo e baseia-se em várias fontes de informação como forma de triangulação dos dados.

Meirinhos e Osório (2010) afirma que o estudo de múltiplos casos é o que mais enriquece a pesquisa, tornando o estudo mais convincente e sustentado, “este tipo de desenho permite contestar e contrastar as respostas obtidas de forma parcial com cada caso que se analisa (...) se as conclusões forem idênticas a partir dos dois casos, elas incrementam a possibilidade de generalização (Rodríguez et al. Cit. in Meirinhos e Osório 2010, p. 57).

Ainda que na estratégia de estudo de caso, cada caso constitua uma unidade de análise, neste estudo, na análise cruzada dos casos, são três (sub) unidades de análise: o empreendedor social, a iniciativa de empreendedorismo social e os beneficiários, i.e., as pessoas portadoras de deficiência.

Para a recolha de dados recorreu-se a uma **metodologia qualitativa**. Esta vertente da metodologia é considerada “uma designação genérica de um conjunto de estratégias e métodos de investigação que apresentam características similares entre si, baseadas em enfoques naturalistas, etnográficos e etogenéticos” (Silva 2013, p.2). Com base neste autor, podemos afirmar que as metodologias qualitativas se caracterizam pelo seguinte:

- Maior intervenção do investigador sobre o objeto isto porque a construção e compreensão do mesmo pressupõem a partilha de experiências e significações entre investigador e sujeitos e onde o sujeito é o ator da situação e detentor de saberes.
- A interpretação da realidade é feita através da perspectiva dos atores assumindo que estes são capazes de “construir” a realidade e de refletir sobre a sua ação
- Tratamento descritivo e interpretativo dos dados sendo que estes podem integrar acontecimentos, percepções, opiniões, discursos, gestos, etc.
- Interação estreita, prolongada e contextualizada entre o investigador e os sujeitos permitindo alcançar uma visão mais consensual sobre o social.

Raciocínio indutivo e subjetivo e maior preocupação com o processo do que com os resultados, pois o interesse consiste em verificar como se manifestam os factos da vida social, como se dá a construção dos significados e como se produzem as interações sociais

## **4.2. A seleção dos casos de estudo**

Antes de se começar o trabalho de campo fez-se uma pesquisa intensiva no Google utilizando, essencialmente, três conceitos chave para o estudo: empreendedorismo social, deficiência e inclusão. Feita esta pesquisa foi possível ter conhecimento de

associações portuguesas que atuavam na área e dos projetos que cada uma oferecia, sendo que, só no Mapa de Empreendedorismo e Inovação social (MIES, 2015) foram identificados 19 projetos sociais que atuavam no ramo da deficiência. No entanto, constatou-se que existiam iniciativas mais recentes que ainda não constavam nesse manual. Esta pesquisa permitiu perceber que tipo de projetos poderiam ser escolhidos, tendo sido feita uma lista de organizações que cumpriam com os critérios definidos e com as quais se entrou em contacto.

Um aspeto que foi também analisado foi a área mais específica de atuação. Depois da análise de vários projetos verificámos que estes atuavam dentro de uma variedade de áreas, desde a educação, desenvolvimento de competências, inclusão socioprofissional, iniciativas desportivas, entre muitas outras para a inclusão social. Posto isto, optou-se por incluir projetos que fossem dentro da mesma área de atuação para que depois se pudesse fazer uma comparação sobre o desenvolvimento das atividades em cada projeto. A área de atuação escolhida foi a da inclusão socioprofissional sendo que, de acordo com Costa e Carvalho (2011), o emprego é a melhor salvaguarda contra a exclusão social e, através do desenvolvimento, capacitação e inclusão na sociedade o empreendedorismo social é capaz de promover a flexibilidade do mercado de trabalho face às pessoas portadoras de deficiência através de um desenvolvimento sustentável.

Contactadas as organizações com projetos considerados interessantes para o estudo, embora alguns projetos não tenham dado resposta ou mostrado indisponibilidade, duas associações<sup>2</sup> mostraram-se motivadas e interessadas em participar na investigação: a ASTA (Associação Sócio terapêutica de Almeida) com o projeto “Contigo há descoberta!” e a MADI (Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual) com o “ValorIN”, ambas ressaltando a importância e a vontade de passarem a mensagem dos seus valores e da importância desta temática na área social.

### **4.3. Instrumentos e procedimentos para a recolha de dados**

No âmbito das metodologias qualitativas, existem várias opções de instrumentos para a recolha de dados, entre eles, e os utilizados nesta pesquisa, encontram-se a análise documental e as entrevistas semiestruturadas.

Segundo Junior et al. (2021) a **análise documental** é um intenso e amplo exame de diversos materiais, que nunca foram utilizados para nenhum trabalho de análise, ou que

---

<sup>2</sup> Note-se que durante o processo de realização deste trabalho foi mantido o contacto com três associações. No entanto, devido a adiamentos sucessivos e dado o prazo inerente à realização da dissertação, não foi possível avançar com a integração do terceiro caso.

podem ser reexaminados, buscando outras interpretações ou informações complementares, sendo essa busca feita por meio de documentos. Pode ser utilizada tanto como método qualitativo, quanto quantitativo e tem como preocupação procurar informações concretas nos diversos documentos selecionados no corpus da pesquisa. No seu trabalho chama também à atenção para a diferença entre análise/ pesquisa documental de pesquisa bibliográfica sendo que “a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias” (Sá-Silva, Almeida e Guindani cit. in Junior et al. 2021, p. 43).

Esta técnica de recolha de informação permitiu conhecer de forma mais aprofundada qual a missão e os objetivos de cada projeto, permitindo, por um lado, uma maior preparação para a entrevista e, por outro, complementar a informação recebida pelos testemunhos dados nas entrevistas. Assim, feito o primeiro contacto com as associações começou então a parte da análise documental. Primeiramente foram visitados os sites, agora de uma maneira mais aprofundada, de modo a perceber mais sobre a história de cada uma das associações, qual a missão e os valores propostos por cada um, em que regiões atuam, as parcerias e, no caso da ASTA, foram analisadas algumas edições da revista própria da associação “Eu Amai Ati”, assim como alguns vídeos de entrevistas mais antigas à associação.

Segundo o testemunho de Silvestre et al. (2014), a **entrevista** é uma técnica de recolha de dados de cariz dialogístico ao nível da interação verbal em copresença, cujo uso se mostra fortemente adequado em estudos de âmbito qualitativo pelo elevado número de informações que permite recolher. Este elevado número de informações mostra-se vantajoso na medida que potenciam a descrição e compreensão mais aprofundada da realidade a ser estudada. Isto é possível através dos constructos internos que se manifestam na linguagem dos indivíduos inquiridos. Dá ainda “voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante” (Fraser e Gondim cit. in Santos et al.2021, p.3).

O tipo de entrevistas utilizadas para a recolha de dados foram as **entrevistas semiestruturadas**. Batista et al. (2017) defendem que o uso desta técnica na recolha dos dados possibilita compreender a subjetividade do individuo através das respostas e comportamentos do entrevistado, isso porque as suas respostas são influenciadas pela forma como o individuo observa, vivência e analisa a sua experiência e o seu meio social.

Para além disso, o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas assim como adaptá-las ao entrevistado e às circunstâncias em que se dá a entrevista. Sobre o tipo de entrevista em si é caracterizada por combinar perguntas abertas e perguntas fechadas onde “o entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o texto da entrevista “(Boni e Quaresma 2005, p.75). Segundo Santos, Jesus e Battisti (2021), nas entrevistas semiestruturadas o entrevistador, apesar de utilizar um roteiro para a entrevista, pode ser flexível para que o entrevistado discorra subjetivamente sobre a questão colocada.

Como evidenciado por diversos autores, (Boni e Quaresma, 2005; Gomes, 2007; Santos, Jesus e Battisti, 2021), as entrevistas semiestruturadas apresentam as seguintes vantagens face a outros métodos de inquirição:

- Possibilita alargar o público-alvo a pessoas que não sabem ler nem escrever, ou que tenham dificuldades.
- Possibilita o uso a recursos virtuais que podem contribuir para relembrar o entrevistado de alguma informação que possa ser importante. Por exemplo, o recurso a fotografias.
- Há a liberdade de, durante a entrevista, serem corrigidos alguns erros tanto do guião, como de interpretação das perguntas, sendo possível torná-las mais claras se necessário
- Por ser menos estruturada oferece uma maior liberdade e torna a relação entrevistador/ entrevistado mais próxima e menos impessoal tornando possível abranger tópicos mais sensíveis e fazer uma análise dos comportamentos do entrevistado. As respostas mais espontâneas podem surgir com a liberdade de diálogo e o aumento do à vontade do entrevistado
- O entrevistado acaba por se autoavaliar perante a sua comunidade ou sociedade, refletindo sobre a sua realidade e sobre questões que, noutra situação não se detivesse sobre elas.
- Possibilita ao entrevistador avaliar os comportamentos do entrevistado e acrescentar perguntas que possam ocorrer ao logo da entrevista, que não estejam presentes no guião.

As particularidades do estudo que levaram à escolha da entrevista ser semiestruturada foram várias, mas essencialmente destaca-se a particularidade de, mesmo após o guião estar preparado, este tipo de entrevista permitir uma certa flexibilidade e liberdade de ajuste à forma como as perguntas podem vir a ser feitas no momento da entrevista de maneira a que se possa dar voz às pessoas com deficiência e ouvir o seu testemunho e a

sua experiência de nos projetos e entender a sua reflexão sobre a marca que tal participação deixou na sua vida. Para além disso, deixa ainda espaço para, caso seja necessário, acrescentar alguma questão no seguimento da resposta oferecida pelos entrevistados, quer seja os coordenadores ou os beneficiários.

Foram realizados dois guiões de entrevista para esta investigação. Um para a entrevistar os responsáveis/coordenadores da iniciativa (empreendedores sociais) e outro para as pessoas portadoras de deficiência, de forma a poder obter a informação necessária para dar resposta às perguntas e objetivos inicialmente propostos e a conseguir uma triangulação dos dados no que se refere ao impacto da iniciativa. A entrevista desenrolou-se através de um diálogo entre o investigador e os interrogados, pessoas com deficiência intelectual/ mental.

Foram realizadas, no total, sete entrevistas semiestruturadas: duas às coordenadoras (uma à responsável da ASTA e outra à coordenadora da MADI) e mais cinco a beneficiários do projeto (dois beneficiários do projeto da ASTA; três beneficiários do projeto da MADI). Apresenta-se na *Tabela 3* alguns elementos relativos aos beneficiários entrevistados.

*Tabela 3: Caracterização dos beneficiários entrevistados*

Instituição /Nome	Idade	Tipo de deficiência	Ligação à instituição
<b>ASTA</b>			
Paulo	35	Oligofrenia com epilepsia e Comportamento Compulsivo	Teve conhecimento através da própria coordenadora
Guilherme	20	Hidrocefalia obstrutiva com alterações ao nível psicomotor e cognitivo	Teve conhecimento através do site da instituição na internet
<b>ValorIN</b>			
Sandra	42	Debilidade Mental	Teve conhecimento da instituição através da câmara municipal de Vila do Conde.
Samuel	28	Depressão	Foi através da psiquiatra que o acompanhava que teve conhecimento da instituição
Salvador	28	Crises Sistémicas de Ansiedade Social	Foi através da psiquiatra que o acompanhava que teve conhecimento da instituição

Depois do primeiro contacto por email, as entrevistas foram feitas online através de uma reunião zoom a 9 de maio (MADI) e a 1 de setembro (ASTA). Depois de pedida as devidas autorizações de cada um dos beneficiários e coordenadores e, dava-se início às entrevistas com gravação das sessões de zoom. Em ambos os casos houve a necessidade

da presença constante dos coordenadores que, do lado de lá foram contribuindo também para o à-vontade dos beneficiários durante a conversa devido ao nervosismo, por vezes bastante elevado, de alguns beneficiários. Todas as entrevistas foram gravadas pelo telemóvel e por vídeo através da chamada do zoom, para que depois fosse possível a transcrição das devidas entrevistas com o intuito de serem analisadas mais tarde.

Na primeira parte das sessões zoom foram entrevistadas as responsáveis pelo projeto - a coordenadora do projeto ValorIN (Dr.<sup>a</sup> Isabel Sá) e a fundadora da ASTA (Dr.<sup>a</sup> Maria José Fonseca) que, apesar de não ser a principal coordenadora do projeto “Contigo Há Descoberta!”, teve um papel crucial na sua criação e desempenho. Estas entrevistas possibilitaram a compreensão sobre a forma como estes atuam para dar resposta ao problema social da necessidade de inclusão das pessoas com deficiência. Permitiram também, por um lado, perceber os tipos de motivações, o momento em que, estas mulheres empreendedoras, perceberam que tinham de se manifestar e fazer alguma coisa que contribuísse para melhorar a vida das pessoas com deficiência. Todavia, e tão importante como estes contributos mais pessoais inerentes ao próprio empreendedor, podemos também compreender o nível de sustentabilidade dos projetos e as operações inovadoras que os distinguem de outros empreendimentos. Tomou-se também atenção à importância dos apoios de terceiros e quais as parcerias envolvidas, assim como o papel fundamental que estas tiveram no desenvolvimento dos projetos. Foi ainda observada a dinâmica relacional dentro de cada projeto e o tipo de acompanhamento aos beneficiários.

Na segunda parte das sessões zoom, foram realizadas as entrevistas aos beneficiários com o foco em entender o valor social criado pelos projetos, verificando o tipo de impacto que estes projetos têm na vida dos beneficiários. Estas entrevistas foram realizadas a cinco participantes no total (Sandra, Salvador e Samuel no projeto ValorIN e Guilherme e Paulo no projeto “Contigo Há Descoberta!”).

#### **4.4. Procedimentos para análise de dados**

Por fim, depois de executadas as duas técnicas de recolha de dados anteriores utilizaram-se uma metodologia de análise dos dados a que Mozzato e Grzybovski (2011), chamam de **metodologia interrogativa**, através da **técnica de análise de conteúdo**. Esta técnica consiste sobretudo na categorização, ou seja, na "classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos." (Bardin 2006, cit. in Mozzato e Grzybovski 2011, p.735). Depois de feita a recolha de informação, os dados foram distribuídos entre várias categorias de forma estruturada de modo a possibilitar uma melhor e mais organizada compreensão dos vários testemunhos. A análise de conteúdo das entrevistas passou pela definição das categorias analíticas com base no modelo de investigação definido e da categorização final das unidades textuais de análise, onde "os elementos de conteúdo agrupados por parentesco de sentido irão se organizar sob as devidas categorias analíticas" e onde se teve de "considerar uma a uma as unidades à luz dos critérios gerais de análise, para escolher a categoria que convém melhor a cada uma" (Silva, Gobbi e Simão 2005, pp.76).

## **Parte III -Empreendedorismo social para inclusão das pessoas com deficiência: um olhar sobre experiências e resultados**

### **5. As associações e os projetos: Origens e Missões**

#### **5.1. A Associação Socio Terapêutica de Almeida (ASTA) e o projeto “Contigo há descoberta”**

A ASTA<sup>3</sup> é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sem fins lucrativos e de utilidade pública. Foi fundada (juridicamente) em 26 de outubro de 1998 por Maria José Dinis da Fonseca que, depois de ter tido um filho que sofria de deficiência mental e viver na pele as deficiências da sociedade na resposta aos apoios destes indivíduos, viu em si a motivação certa para arrancar com esta aventura. Dois anos depois, em 2000, deram-se início às atividades, na aldeia Cabreira do Coa – Concelho de Almeida, apoiando logo no primeiro ano 6 jovens portadores de deficiência.

Na história de vida da ASTA destaca-se o papel do Centro Regional de Segurança Social da Guarda que, desde este primeiro ano, estabeleceu um acordo de cooperação com a ASTA contribuindo para o primeiro passo para a sustentabilidade da associação em questão. Neste momento a associação é constituída por 45 pessoas portadoras de deficiência e 40 colaboradores.

A Visão que orienta a ASTA é a de oferecer às pessoas necessitadas de cuidados especiais uma alternativa de vida válida e plena de sentido assim como contribuir para a integração social, humana e económica dessas pessoas e esforçar-se em criar para elas, condições de vida o mais “normais” e verdadeiras possíveis.

As estratégias desta associação baseiam-se na criação de espaços físicos adequados que tenham ainda uma envolvimento rural e ecológica; na recuperação do património rural; na criação de núcleos familiares e de interação com o resto da população; na criação de ateliers ocupacionais com cariz utilitários que instiguem o sentido e a importância do trabalho e da cidadania; na estimulação de potenciais físicos e humanos; na

---

<sup>3</sup> <https://asta.pt/>

rentabilização de espaços abandonados, com o objetivo de desenvolver agricultura biológica, de uma forma sustentável. Foram-se ainda criando, ao longo dos anos, núcleos familiares que permitiram a expansão não só das atividades, como da possibilidade de receber mais jovens em regime residencial através da recuperação e equipamento de casas que se transformaram em espaços para o treino de autonomia, do sentido de família e da responsabilização grupal.

A ASTA desempenha também várias atividades num meio rural com o fim de promover um espaço sustentável dentro de um ambiente rural e sócio terapêutico, onde as pessoas com deficiência mental possam encontrar o seu caminho numa perspetiva biopsicossocial e espiritual, apoiando e integrando estas pessoas com deficiência mental num meio comunitário e familiar. Este trabalho desenvolve-se no concelho de Almeida nas valências Lar Residencial, Residências Autónomas Familiares, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, que tem como objetivo promover a autonomia, Independência, valorização pessoal e profissional e ainda a inclusão social e destina-se a pessoas portadoras de deficiência, maiores de 18 anos, que necessitem de apoio na continuidade do percurso formativo ou que se encontrem em processo de inclusão socioprofissional- Tem capacidade máxima para 60 indivíduos com deficiência. As atividades deste projeto desenvolvem-se sobretudo através de ateliers de trabalho (em carpintaria, olaria, etc.) que pelo seu cariz utilitário incutem cidadania e sentido de responsabilidade, não se limitando a serem uma mera terapia ocupacional.

Apesar de outros projetos, o escolhido para este trabalho foi a iniciativa de empreendedorismo social “**Contigo Há Descoberta**”<sup>4</sup>.



*Figura 9: “Contigo Há Descoberta!”*

---

<sup>4</sup> <https://asta.pt/sobre-o-contigo-ha-descoberta/>

Este é um projeto de Turismo Inclusivo e Social que se baseia nos valores da associação. O *Contigo há Descoberta* tem grande foco no Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, mais especificamente nas atividades realizadas nos ateliers pelos “companheiros”, nome dado aos beneficiários pelos colaboradores do projeto e da associação. O objetivo do projeto é tornar esses companheiros, conhecedores dos saberes ensinados nos ateliers e da história das aldeias históricas onde o projeto atua e, através desses conhecimentos, tornarem-se eles mesmos os guias turísticos dos mais curiosos, que queiram saber mais sobre a região e os saberes dos companheiros, oferecendo pacotes de fim de semana interessantes e diferentes onde grupos de 12 a 15 pessoas participam nos ateliers com a ajuda dos companheiros e fazem uma visita guiada. O projeto surgiu em resposta à carência e necessidade de uma experiência turística mais humanizada e inclusiva.

A experiência do “Contigo Há Descoberta!” reflete-se no conceito de 5 “S”, proposto pelos colaboradores da ASTA estando eles ligados ao Silêncio que caracteriza o território rural; Saberes e Sabores mostrados e partilhados pelos companheiros ; Simplicidade e Sustentabilidade. O projeto, para além de criar ligações e relações entre os beneficiários e os turistas, oferece às pessoas portadoras de deficiência uma oportunidade de emprego digno e adaptado às suas capacidades.

Apesar deste ser um projeto que ainda está nos primeiros anos de vida, tendo começado a fazer experiências piloto em 2020, já foi distinguido e merecedor de três prémios: Prémio José Manuel Alves, um concurso de empreendedorismo turístico, em 2021; Prémio Fidelidade Comunidade, em 2022 e o Prémio Lidl Mais Ajuda, em 2022.

## **5.2. Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual (M.A.D.I.) e o projeto ValorIN**

O MADI<sup>5</sup> foi fundado em 1977 e está sedado em Vila do Conde, Tem como Missão a dignificação da pessoa com deficiência mental em ordem a assegurar-lhe a plenitude do gozo dos direitos do seu estatuto de cidadão, intervindo em áreas da pedagogia e reabilitação em diferentes faixas etárias. É a Instituição pioneira na intervenção com pessoas portadoras de deficiência na região, fomenta a integração educacional, ocupacional, socioprofissional e habitacional, priorizando as famílias mais carenciadas nas múltiplas vertentes da reabilitação.

---

<sup>5</sup> <https://madi.pt/>

Oferece seis serviços diferentes: i) o Centro Educacional; ii) o Centro de Recursos para a Inclusão, destinado ao trabalho de parceria com Escolas, no apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais; iii) o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, que atua em várias áreas, desde atividades lúdico-terapêuticas, de desenvolvimento pessoal e social, terapias, serviços de psicologia, etc. ; iv) o Lar Residencial; v) o serviço de formação profissional e, vi) o projeto mais recente o ValorIn. De todos os seus serviços, o projeto escolhido foi o **ValorIn**<sup>6</sup>, criado em 2016, que tem como lema “Valorizar, integrando”.



*Figura 10: ValorIn*

Este projeto é uma iniciativa de empreendedorismo e inovação social onde pessoas portadoras de deficiência mental ou outras vulnerabilidades prestam serviços a empresas, em contexto de linha de montagem. Baseia-se num modelo dual, ou seja, não só promove o treino de competências pessoais e sociais e a valorização da imagem das pessoas com deficiência e/ou doença mental, mas também o treino laboral/produtivo em ambiente controlado e apoiado. Ou seja, não só investe na parte mais terapêutica, como também presta serviços a empresas nas áreas de montagem de equipamentos desportivos, papelaria, ligação de peças de cristais, amostras de tecidos para candeeiros e brinquedos, inspeção de peças automóveis, etc. sendo todos estes trabalhos realizados diariamente pelos beneficiários, dentro das instalações do projeto. O objetivo final prende-se com a integração laboral destas pessoas nas empresas parceiras do projeto e/ou outras ou serviços locais.

A iniciativa ValorIN criada com o objetivo de dar resposta ao problema social da exclusão socioprofissional de pessoas com deficiências e/ou doença mental e integrando-as no mercado de trabalho, através de parcerias com empresas locais. Os jovens adquirem competências e capacitação e realizam tarefas manufaturadas desenvolvidas nas suas instalações e/ou integração nos quadros empresariais. É um exemplo bem-sucedido na

---

<sup>6</sup> <https://madi.pt/valorin/>

defesa de pessoas excluídas socialmente pela sua diferença e tenta diariamente combater o preconceito, através da sua integração no mercado de trabalho. É o objetivo do projeto conseguir que cada empresa desenvolva políticas ativas de responsabilidade social e eleve os níveis de empregabilidade inclusiva.

De momento a ValorIn apoia 33 beneficiários (dos quais 21 estão integrados no mercado de trabalho); envolve 15 empresas parceiras; 5 serviços locais e 1 IPSS, prestando no total 13 tarefas tipo a estas empresas.

Desde o início que este tem sido um projeto apoiado pelo programa “Portugal inovação Social”, uma iniciativa pública para apoiar a inovação social, financiada pelo Fundo Social Europeu e merecedor de prémios e destacamentos tendo participado em Cimeiras, encontros internacionais e tendo ganho prémios como o "Criar para Inovar”, encontro virtual, o BPI Capacitar e tendo ganho a bolsa de parcerias para a inclusão do Portugal Inovação Social durante 4 anos.

## **6. Sobre os empreendedores sociais**

No que diz respeito aos empreendedores sociais foram analisados duas grandes categorias; uma relacionada com os seus conhecimentos e experiências – o capital humano – outra com as suas motivações e características pessoais, que aqui designámos por vontade, viabilidade pessoal (i.e. a perceção de que seria capaz de avançar com o projeto) e a perceção da necessidade. As duas primeiras são consideradas fatores característicos dos próprios empreendedores, segundo Jiao (2011), relacionada com os seus valores sendo que a terceira está relacionada com os seus conhecimentos e experiências, mas também com a sua “perspicácia” ou capacidade de entender o mundo.

### **6.1 Capital humano: os conhecimentos e a experiência**

Segundo Jiao (2011) os conhecimentos do empreendedor social incluem o plano para iniciar e realizar as atividades relacionadas com o empreendimento social, abrangendo também os conhecimentos para entender os seus beneficiários e as suas necessidades de maneira a satisfazê-las através de métodos inovadores.

Nesse sentido, foi possível entender o papel que o passado académico, profissional e até mesmo pessoal das coordenadoras teve na criação dos projetos. Verificou-se que ambas as coordenadoras se mostraram capazes de identificar e dar resposta às necessidades das

pessoas com deficiência mental através dos contributos dos seus conhecimentos académicos e profissionais anteriores tendo ambas formações nos ramos da psicomotricidade, socio terapia e reabilitação. No entanto, destaca-se o testemunho da Dr.<sup>a</sup> Maria José Fonseca, inicialmente licenciada em gestão e contabilidade, quando esta defende também a importância que estes conhecimentos de carácter mais económico e a importância da criação lucro têm no bom funcionamento de um projeto social.

*“tendo eu seguido a carreira e o trabalho que desenvolvi durante 17 anos (...) ligado à gestão e eu percebi (...) mais tarde, quando fundei a ASTA, que foram fundamentais todos os meus conhecimentos dessa área. (...) sem esses conhecimentos nós ficamos apenas com um sonho, (...) uma organização (...) deve ser devidamente gerida apesar de não ter objetivos de lucro, ela tem de ser gerida quase como uma instituição que tem lucro (...) o nosso projeto é para dar lucro, mas um lucro social em primeiro lugar, e um lucro económico no sentido de, não é preciso a dada altura o investimento de ninguém para que ele se sustente a ele próprio” (Dr.<sup>a</sup> Maria José, excerto da entrevista, 2022)*

Esta perspetiva veiculada pela responsável da ASTA vai de encontro à ao que defende Emerson (2003), que argumenta que é preciso ultrapassar o pensamento de que a criação de valor económico está separada e é rival à criação de valor social de uma organização. Ambos os valores devem de funcionar em conjunto e estarem, de certa forma, interligados, constituindo a denominada *blended value proposition* (Fontenele et al, 2015), maximizando, assim, a criação de valor, necessária para a sustentabilidade (económica) do projeto. De facto, apesar de ambos os projetos, e suas respetivas associações, terem como objetivo principal a criação de valor social através da inclusão das pessoas com deficiência ou doença mental, também é necessário ter em mente a criação de valor económico, que apesar de não ser o objetivo principal, é essencial para garantir o pagamento no investimento já realizado em pessoal, equipamentos, edifícios para a realização das atividades diárias, mas também para mais investimento no próprio projeto de modo conseguirem responder da melhor e mais completa maneira possível à necessidade social a que se propuseram dar resposta.

## **6.2 Motivações e características pessoais: vontade e viabilidade e percepção da oportunidade**

No caso particular destes projetos a percepção da oportunidade e a motivação que deu origem ao nascimento do projeto, foi bastante diferente de um caso para o outro.

*“Comecei no MADI vila do conde (...) e foi aí que eu me deparei com este grave problema que era, nós formávamos os jovens em 3 cursos que tínhamos (jardinagem, serviços domésticos e padaria), só que o que acontecia era, eles saíam dos cursos, iam “à luta”, mas o que encontravam eram portas fechadas e barreiras no acesso ao primeiro emprego, e isto começou-me a preocupar” (Dr.<sup>a</sup> Isabel Sá, excerto da entrevista, 2022)*

Constata-se que quando o projeto ValorIn foi criado, o problema da exclusão socioprofissional das pessoas com deficiência mental já tinha sido identificado pela associação MADI e esta era uma área à qual, com outro projeto, tentaram dar resposta. No entanto depararam-se com o facto de que o projeto anterior era incapaz de criar impacto porque, na realidade, a solução não vinha acrescentar nada à vida destas pessoas porque, dado que o problema da exclusão se mantinha. Era necessário criar-se uma resposta empreendedora que tivesse de facto um carácter inovador, que se mostrasse realmente eficaz na resposta à necessidade que se mantinha.

Por outro lado, podemos ver um lado mais pessoal, que mostra como as pessoas que convivem com a deficiência no dia a dia identificam e fazem o diagnóstico das necessidades. Esta convivência, segundo Caldwell et al. (2012), facilita o reconhecimento das necessidades e pode contribuir para o desenvolvimento de uma resposta mais acertada e eficaz.

*“temos sempre um clique (...) a minha sem dúvida foi a vinda do meu filho Marco com deficiência mental e o facto de constatar que não havia no país, há 40 anos atrás, não havia propriamente resposta, ou pelo menos as respostas consideradas suficientes e adequadas para a dignificação destas pessoas” (Dr.<sup>a</sup> Maria José, excerto da entrevista, 2022)*

Balacazar e Sariepella (2014) abordam nos seus estudos a importância de o empreendedor conseguir reconhecer e identificar as necessidades dos futuros beneficiários dando o exemplo de projetos em que os beneficiários são indivíduos portadores de algum tipo de deficiência. Em ambos o estudo se conclui que, por vezes,

um meio de garantir que as necessidades são reconhecidas é quando o próprio coordenador do projeto passou por elas.

Apesar da motivação ser diferente ambos mostraram ter personalidades inquietas e uma vontade de fazer algo, sendo estas as características consideradas particulares dos empreendedores, eles “mostram uma determinação obstinada que os impulsiona a assumir riscos e identificar soluções práticas para problemas sociais, compartilhando suas ideias e concentrando-as na criação de valor social” (Elkington e Hartigan cit. in Estivaleta 2018, pp. 175).

*“Comecei a achar que tínhamos de fazer alguma coisa, não podíamos preparar jovens para o mercado de trabalho e depois eles não eram inseridos nesse mercado” (Dr.<sup>a</sup> Isabel Sá, excerto da entrevista, 2022)*

*“(…) isto é preciso uma dose de entusiasmo, de crença de que estamos no caminho certo e mais do que certo, necessário. É preciso termos uma visão clara daquilo que nós queremos” (Dr.<sup>a</sup> Maria José, excerto da entrevista, 2022)*

*“(…) esse foi o motivo, mas ao mesmo tempo muita gente tem filhos com deficiência e nem toda a gente promove a criação de instituições ou de projetos de vida para eles (...) havia em mim (...) uma vontade de mudar o mundo, portanto isto era uma particularidade minha” (Dr.<sup>a</sup> Maria José, excerto da entrevista, 2022)*

Em suma, apresenta-se na *Tabela 4* o resumo das características analisadas relativas às empreendedoras sociais.

*Tabela 4: Características dos Empreendedores Sociais*

	ASTA	ValorIN
<i>Capital humano</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação em gestão</li> <li>• Curso em socio terapia</li> <li>• Experiência em contabilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciatura em educação especial e reabilitação</li> <li>• Pós-graduação em psicomotricidade</li> </ul>
<i>Vontade e viabilidade pessoal</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Personalidade inquieta; determinação obstinada; capaz de identificar soluções; assume riscos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Personalidade inquieta; determinação obstinada; capaz de identificar soluções; assume riscos</li> </ul>
<i>Percepção da oportunidade</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Convivência pessoal com as dificuldades, permitindo a fácil identificação das necessidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A falta de resultados de outro projeto da MADI, implicou a uma pesquisa intensa de como dar respostas viáveis ao problema da exclusão socioprofissional</li> </ul>

## 7. Fatores ambientais sociais e institucionais: Parcerias e financiadores

Relativamente aos fatores ambientais procurou-se saber-se mais sobre o apoio de terceiros; através de parcerias e os financiamentos, pois, como refere Jiao (2011), o apoio de terceiros é fundamental na promoção de projetos de empreendedorismo social. Os resultados mostram o impacto que as entidades públicas, como as Camaras Municipais e os Hospitais e as empresas, tiveram na construção e desenvolvimento da ValorIn e do “Contigo Há Descoberta!”.

*“(...) nalgumas empresas parceiras nós prestamos serviços, as quais nós trabalhamos aqui no interior das nossas instalações preparando os jovens para o mercado de trabalho, outras são empresas que são integradoras, portanto, que deram oportunidade de trabalho aos nossos jovens e acrescentamos ainda mais 2 parcerias institucionais que foram o Hospital Magalhães Lemos (...) e o Centro hospitalar (...) (Dr.<sup>a</sup> Isabel Sá, excerto da entrevista, 2022)*

*“Tivemos apoios espontâneos, e aí não é do governo, aqui saliento a importância cada vez maior da sociedade civil, de fundações, de empresas com responsabilidade social que, cada vez mais e crescendo nos últimos anos tem sido espantoso (...) têm usado estratégias sociais como marketing e ainda bem, porque nós ganhamos muito com isso, com financiamentos e com os prémios como por exemplo o da fidelidade (...) estes prémios e apoios são fundamentais (...) se sentirmos uma necessidade para formação etc., eles apoiam nos nesse sentido (...) parte dos prémios que recebemos foi usada para investir na formação (...) empreendedor não pode estagnar, tem de acompanhar os tempos. De resto contamos que este projeto não precise e, sobretudo, não fique dependente de subsídios que possam chegar para andar” (Dr.<sup>a</sup> Maria José, excerto da entrevista, 2022)*

Estas ligações contribuíram para fortalecer os projetos ao longo do tempo. Mostraram ter um papel fundamental nos financiamentos que contribuem para o investimento na melhoria dos mesmos; e, no caso da ValorIn, ao receberem os serviços prestados pelo projeto e ao serem integradoras, dando oportunidades de trabalho aos jovens. No caso do “Contigo Há Descoberta!”, salientamos ainda o apoio da sociedade civil, porque de momento, são os turistas que pagam toda a parte logística do projeto. Realça-se aqui

também o papel das parcerias em divulgar a palavra visto que, muitas das vezes estes indivíduos, se não forem contactados por alguns dos parceiros dos projetos, não saberiam da existência deste tipo de projetos, realçando-se aqui a importância das parcerias dos Hospitais de cada região do projeto, assim como as próprias Câmaras e Juntas de Freguesia.

Estes resultados mostram, como defende Harris et al. (2013), que esta rede de relações entre stakeholders é fundamental no empreendedorismo, porque estas parcerias com outras empresas e organizações sociais, para além de ajudarem no acesso a informação e recursos, minimizam também o risco e a responsabilidade financeira.

Relativamente ao apoio financeiro por parte do governo nestes projetos sociais, Caldwell et al. (2014) expõem como o neoliberalismo veio trazer a consciência crítica da tensão entre o Estado e o mercado defendendo a ideologia de um mercado livre dos regulamentos do Governo. Nos casos analisados é evidente que para além do apoio de empresas, outras entidades da sociedade civil também têm tido contributos importantes. O apoio/financiamento por parte das entidades públicas tem sido fundamental, no entanto os coordenadores consideram que o facto de chegarem onde chegaram com apoios estatais limitados, mostra por si a força do projeto e das parcerias.

*“Era interessante que fossemos mais apoiados. Que tivéssemos aqui por trás do projeto, não financiamentos ou entidades privadas a financiar, mas sim o próprio governo (...) mas a verdade é que este foi um projeto inovador, que rompeu com tudo e que se afirmou por si e talvez por isso tenha o valor que tem porque, apesar do pouco que tivemos para começar, conseguimos muito e devemos isso ao apoio da MADI e todos os outros parceiros que acreditaram em nós” (Dr.<sup>a</sup> Isabel Sá, excerto da entrevista, 2022)*

Apresentam-se na *Tabela 5* uma síntese da importância que cada projeto dá aos fatores ambientais sociais e institucionais no desenvolvimento do projeto.

Tabela 5: Fatores Ambientais Sociais e Institucionais

	ASTA	ValorIn
Parcerias e Financiadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhece a importância do apoio de entidades públicas e das empresas sociais como parceiras e financiadoras</li> <li>• Salienta a importância da sociedade civil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considera interessante se houvesse mais apoios por parte do governo</li> <li>• Reconhece a importância do apoio de entidades públicas e das empresas sociais como parceiras e financiadoras</li> </ul>

## 8. Inovação e sustentabilidade da iniciativa de Empreendedorismo social

### 8.1 A inovação social

Em ambos os projetos foi possível identificar inovação social, i.e., criação de uma nova solução que responda a um problema social de uma forma mais efetiva, eficiente e sustentável, do que as respostas já existentes (Mulgan 2007; Bezerra-de-Sousa e Teixeira, 2019 e Campigotto-Sandri et al. 2020; Farinha et al. 2020). Em ambos os casos esta inovação passou por várias fases tal como descrito por Murrey et al. (2010):

Foi feito um diagnóstico do problema social (*Prompts*) que, no caso da ValorIN foi a exclusão socioprofissional das pessoas com deficiência e, com o “Contigo Há Descoberta!” foi a falta de programas de turismo inclusivos, ao qual se agregou também a exclusão socioprofissional destes indivíduos. Identificados os problemas, foram feitas pesquisas intensivas sobre qual a melhor solução (*Proposals*) para dar resposta a estas necessidades que, desesperadamente precisavam de ser resolvidas.

*“nós achávamos que passava exatamente por criar parcerias com as empresas do concelho onde nós pusemos os nossos jovens executar trabalhos para essas empresas, mas nas nossas instalações e (...) também acho que é extremamente importante toda a parte do treino das competências pessoais e sociais (...) não ainda colocando os jovens a trabalhar lá nas empresas (...) porque, por um lado as entidades empregadoras(...) não estão ainda muito sensibilizados a esta problemática da deficiência (...) não percebiam muito bem como lidar*

*com pessoas especiais este resultado não ia ser muito bom. Por outro lado, se calhar os nossos jovens também ainda não estavam preparados para dar esse salto, então era preciso encontrar algo aqui no meio que era preparar os jovens para as necessidades dos trabalhadores e tentarmos em colmatar esse grave problema que era os jovens não conseguirem encontrar a integração em mercado de trabalho” (Dr.<sup>a</sup> Isabel Sá, excerto da entrevista, 2022)*

*“O projeto “Contigo há Descoberta!” é inovador (...) havia carências no campo do turismo, na área de turismo, as pessoas estão a procurar o turismo mais humanizado (...) percebemos que era preciso uma resposta, e nós tínhamos essa resposta. (...), muita gente está à procura de alternativas para o seu tempo de lazer, a ASTA decidiu que tínhamos todas as condições (...) temos ateliers fantásticos, (...) temos aqui uma série de coisas capazes de poder redondear um bom projeto que era o “Contigo há descoberta!” (...) estamos a dar-lhes a oportunidade de sair destes parâmetros institucionais, para irem aprender outras coisas, para depois passarem como guias às pessoas e aos grupos que vierem” (...) já começámos há 2 anos a fazer experiências piloto, resultaram em experiências muito positivas para todas as partes” (Dr.<sup>a</sup> Maria José, excerto da entrevista, 2022)*

Ambos os projetos monitorizam as atividades desenvolvidas e é nesta supervisão que decorre a terceira fase proposta por Murrey et al. (2010), o *Prototyping*, ou seja, as atividades de ambos os projetos são acompanhados, avaliadas e testadas para se perceber o nível de impacto que o projeto está a criar, e se este continua alinhado à sua missão.

*“nós queremos que o projeto “Contigo há descoberta!”, seja um projeto de continuidade, (...) estes primeiros passos, nestes 2/3 anos, nós fomos preparando-nos, fomos experimentando para podermos corrigir falhas, e ainda estamos a corrigi-las, mas que é um projeto com pernas para andar para sempre (...) esperamos que daqui a 3 anos haja 2/3 colaboradores só alocados a este projeto e que haja cerca de 10 a 15 companheiros a alocados a este projeto, não a tempo inteiro, porque como lhe disse eles precisam do seu tempo lúdico (...) mas que, pelo menos, vão de 10% cada vez mais a 50%, e também aumentando os nossos tempos de turismo do “Contigo há descoberta!” (Dr.<sup>a</sup> Maria José, excerto da entrevista, 2022)*

A quarta fase (*Sustaining*) relaciona-se com o encontrar uma forma sustentável que leve as atividades inovadoras e, por conseguinte, os projetos para a frente. Tem a ver com o encontrar parcerias e outros recursos que possibilitem as atividades propostas tornarem-se uma prática quotidiana. Este facto é visível através de, no caso da ValorIn com, inicialmente o financiamento do Portugal Inovação Social, e agora com as bolsas de formação financiada pela MADI e, no caso do “Contigo Há Descoberta!”, para além da ajuda financeira recebida através dos prémios que o projeto recebeu recentemente, conta com o contributo dos próprios turistas.

Na quinta fase (*Scaling*) fala-se na possibilidade de os projetos serem alargados e até replicados por outras organizações de modo a alargar a resposta dada sobre isto verificou-se, por parte da ValorIn, a procura de outras instituições para replicarem a solução por eles proposta:

*“Era giro replicar o projeto. Era uma coisa que gostaria bastante porque eu acredito que este problema da exclusão socioprofissional das pessoas deficiência e doença mental é, eu acredito, um problema que se sente em muitas outras entidades que também tentam dar resposta no resto do país como era o caso inicial da MADI. Nós até já tivemos algumas entidades interessadas nisso”* (Dr.<sup>a</sup> Isabel Sá, excerto da entrevista, 2022)

A sexta e última fase ligada á inovação diz respeito à mudança sistémica (*Systemic change*). O tipo de mudança que se fala nesta fase já se refere a níveis mais abrangentes, como por exemplo à mudança de políticas relativamente à necessidade sobre qual os projetos atuam. Neste sentido, podemos dizer que, apesar do sucesso de ambos os projetos, ainda não se pode afirmar que estes realmente criaram uma reforma significativa ao ponto de alterar políticas.

## **8.2 Os desafios da sustentabilidade**

Sobre a sustentabilidade dos projetos ela pode ser entendida em três níveis: económico, social e ambiental. No caso do “Contigo Há Descoberta!” a sustentabilidade foi sentida nestes três níveis, tornando-se transversal e seguindo o modelo do *Triple Bottom Line*, já a ValorIn segue apenas uma sustentabilidade económica e social.

Relativamente à sustentabilidade económica dos projetos esta está vinculada aos financiamentos das entidades promotoras (MADI e ASTA); aos prémios recebidos por cada projeto (Portugal Inovação Social, Amplifica e BPI Capacitar ganhos pela ValorIN e Prémio José Manuel Alves 2021, Fidelidade Comunidade 2022 e LIDL Mais Ajuda 2022

pelo “Contigo Há Descoberta!”); ao pagamento recebido por parte dos beneficentes em cada projeto pelas atividades laborais exercidas (na ValorIN com os trabalhos para as empresas e no “Contigo” no trabalho como guias); para além disso, este último projeto ainda conta com a venda dos produtos feitos nos ateliers durante a semana e com o contributo por parte dos turistas.

*“recebem uma bolsa de formação que é financiada pela MADI, e é com esse valor que mantemos a sustentabilidade financeira deste projeto que até setembro de 2021 foi financiado pelo Portugal Inovação Social e neste momento estamos por nossa conta. O projeto já se mantém de pé e consegue manter a sustentabilidade financeira. Os 6 investidores sociais que era obrigatório só se manterem connosco enquanto decorresse a candidatura do Portugal Inovação Social, quiseram continuar” (Dr.<sup>a</sup> Isabel Sá, excerto da entrevista, 2022)*

*“um lucro económico no sentido de, não é preciso a dada altura o investimento de ninguém para que ele se sustente a ele próprio, esta é ideia, o projeto tem de ter resultados económicos que permitam pagar os vencimentos, não só dos colaboradores como também dos companheiros (...) os custos inerentes às logísticas têm de ser pagos pelos turistas logo tem toda a característica de sustentabilidade abrangente, a todos os níveis. E isso é o que nos estamos a tentar, claro que nos primeiros tempos é preciso estes apoios e estes prémios, sem os quais, não podíamos por isto a andar desta maneira, não teríamos sido capazes de comprar uma carrinha para o projeto, que só por si esta a fazer marketing, se não tivéssemos tido o premio fidelidade, ou se o LIDL nos tivesse dado o premio que foi usado para melhorar uma serie de ferramentas de que precisávamos” (Dr.<sup>a</sup> Maria José, excerto da entrevista, 2022)*

Já a sustentabilidade social está relacionada com o desenvolvimento das relações pessoais e interpessoais existentes entre beneficiários, colaboradores e parceiros.

*“porquê esse nome “Contigo Há Descoberta!” porque com eles nós descobrimos (...) se eles sabem fazer e trabalhar a lã, o que a maioria das pessoas não sabe fazer, os companheiros deste projeto aprenderam a fazê-lo e podem passá-lo aos outros” (Dr.<sup>a</sup> Maria José, excerto da entrevista, 2022)*

*“Estes encontros promovem uma outra forma de ver o mundo, promovem também a nossa humildade de que nós não somos nada de especial (...) e esta gente acaba por nos mostrar, com a sua resiliência, a sua humildade e a sua capacidade de sofrimento perante uma sociedade que lhe exige padrões, acabam por nos dar lições de vida que nos deixa de boca aberta, portanto para mim eles são lições de vida” (Dr.<sup>a</sup> Maria José, excerto da entrevista, 2022)*

*“os feedbacks que tenho das empresas são sempre muito positivos, além de eles conseguirem estar à altura do desafio em termos da proposta de trabalho, depois é o clima afetivo que se cria nos locais de trabalho quando se tem uma pessoa especial lá a trabalhar e isso eu noto, as pessoas acarinham-nos muito, tratam-nos muito bem, acabam as vezes por brincar a dizer eu sou a madrinha, eu sou o padrinho do não sei quantos!” (Dr.<sup>a</sup> Isabel Sá, excerto da entrevista, 2022)*

Por fim, a sustentabilidade ambiental, é apenas sentida no “Contigo Há Descoberta!” e está relacionada com o saber usar e associar os recursos naturais disponíveis que lhes são oferecidos na região onde vivem. Este projeto é implementado em Almeida, no concelho da Guarda e abrange algumas aldeias em seu redor. Foi em torno da ocupação dos terrenos naturais, das casas lá construídas e dos monumentos que caracterizam aquelas aldeias histórias que se tornou possível o desenvolvimento do projeto.

*“Nada melhor do que fazer inclusão espontaneamente e naturalmente dentro de uma aldeia, dentro de um estilo comunitário em que as pessoas se dão todas umas com as outras, espontaneamente. Cada um com os seus potenciais contribui para a vida dessa comunidade (...) com deficiências, mas também com eficiências” (Dr.<sup>a</sup> Maria José, excerto da entrevista, 2022)*

Weerawardena e Mort (2006) defendem que os empreendimentos sociais enfrentam grandes desafios na gestão dos riscos pelo que é necessário ir avaliando o projeto e verificar a sua sustentabilidade. Chama ainda à atenção que este risco não é só a nível económico com os financiamentos, mas também pode abranger um desvio e estirpe da missão proposta inicialmente. Quando questionadas como agiam para controlar estas situações ambas as coordenadoras afirmam acompanhar e avaliar o desempenho dos trabalhos. No caso da ValorIN esse controlo é semanal de maneira a abranger o *feedback* tanto por parte das empresas como dos beneficiários. No caso do “Contigo Há Descoberta!” existe uma consultora que procede à medição de impacto e que está sempre

a par das situações. Defendem ainda que este acompanhamento é fundamental para prevenir riscos que desencaminhem os projetos. Ambos se encontram sustentáveis a nível económico, no entanto destacam ainda sentirem dificuldades a dois níveis.

*“A maior dificuldade, apesar de tudo, consiste na formação específica destes companheiros, é preciso formá-los com muito cuidado, continuar sem interrupções” (Dr.<sup>a</sup> Maria José, excerto da entrevista, 2022)*

*“encontro dificuldades em nem sempre conseguir encontrar sítios certos para os jovens, nem sempre consegui portas abertas das empresas a quem recorro, às vezes são precisas muitas tentativas para que o projeto seja aceite e possa ir fazer a apresentação do projeto às empresas” (Dr.<sup>a</sup> Isabel Sá, excerto da entrevista, 2022)*

De forma resumida pode-se ver na *Tabela 6* as características inovadoras e de sustentabilidade dos projetos.

*Tabela 6: Características das Iniciativas*

	ASTA	ValorIn
<i>Inovação</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Respondeu às carências no campo do turismo, criando um turismo mais humanizado que, da mesma forma desse resposta a outro problema social - a exclusão socioprofissional das PPD</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resposta que alia a formação a PPD à colocação no mercado de trabalho e acompanhamento continuado do processo.</li> <li>• Modelo dual, onde as PPD executam os trabalhos para as empresas, mas nas instalações da ValorIn</li> <li>• Alia uma resposta mais adequada às necessidades da PPD com as necessidades das empresas e seu o exercício de responsabilidade social</li> </ul>
<i>Sustentabilidade e risco</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sustentabilidade social</li> <li>• Sustentabilidade financeira</li> <li>• Sustentabilidade ambiental</li> <li>• Contratação de consultora para medição do impacto das ações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sustentabilidade social</li> <li>• Sustentabilidade financeira</li> <li>• Controlo semanal das ações e resultados</li> </ul>

## 9. O impacto dos projetos nas pessoas portadoras de deficiência

### 9.1 Inclusão

Sendo que ambos os projetos atuam na área socioprofissional, para compreender o impacto do projeto neste domínio, questionaram-se os beneficiários sobre a sua experiência laboral anterior ao projeto. Foi comum uma resposta afirmativa, no entanto nenhum dos indivíduos mostrou que essas tivessem sido boas experiências visto que uns afirmam terem sido excluídos pelos outros trabalhadores devido às suas diferenças. Os entrevistados que afirmaram não se terem sentido vítimas de exclusão nos antigos postos de trabalho, responderam, no entanto, que não se sentiam bem no local de trabalho dado que as pessoas não respeitavam as limitações impostas pela doença mental.

*“muitas pessoas gozavam comigo. Como eu às vezes tinha dificuldade em fazer as coisas de forma correta as outras pessoas muitas vezes arranjavam pretextos para eu ser acusada e me mandarem embora (...) quando entrei para o projeto eu sentia-me insegura que não era capaz de fazer aqueles trabalhos...”* (Sandra, ValorIn, excerto da entrevista, 2022)

*“conforme ia falar com uma pessoa, as pessoas não queriam falar comigo. Eu tentava falar com uma pessoa e ela distanciava-se, sentia-me um isolado”* (Samuel, ValorIN, excerto da entrevista, 2022)

Em qualquer caso, respostas evidenciam a necessidade referida pelas coordenadoras dos projetos e também por Machado et al. (2018) de uma maior sensibilização da sociedade sobre a deficiência e sobre princípios como a aceitação das diferenças individuais, a convivência na diversidade humana e a aprendizagem através da cooperação, bem como da necessidade de dar aos jovens as competências sociais para integrar o mercado de trabalho.

A participação nestes projetos sociais permitiu criar uma rotina de trabalho acompanhada e adaptada às especificidades de cada pessoa, facilitando o processo de integração.

*“O meu dia a dia começa as 9:30 e faço várias tarefas (...) eu tenho as limpezas porque agora eu sou auxiliar de limpeza, a ValorIN*

*deu-me o emprego e depois saio do trabalho às 17:30.” (Sandra, ValorIn, excerto da entrevista, 2022)*

*“Aqui criei uma rotina. (...). Então aqui deu também para criar uma rotina sem trabalho “ (...) “Durante o dia tenho aulas de pilates e ginástica laboral. Tenho também aulas de treino de competências pessoais e sociais. Tenho também os trabalhos das empresas desde o setor do calçado até ao setor automóvel” (Samuel, ValorIn, excerto da entrevista, 2022)*

*“Aqui das 9 as 17 trabalho nos ateliers de carpintaria e fui eu que escolhi querer estar nesse atelier (...) agora sou restaurador de madeiras e estou muito contente com o meu trabalho” (Guilherme, “Contigo Há Descoberta!”, excerto da entrevista, 2022)*

*“Eu passei por quase todos os ateliers (olaria, tecelagem, carpintaria, manutenção e agricultura) e agora estou a trabalhar na cozinha e é onde estou há mais tempo. Estou na cozinha e no turismo” (Paulo, “Contigo Há Descoberta!”, excerto da entrevista, 2022)*

Em 2022 (até à data da realização das entrevistas), o projeto ValorIN conta com 33 beneficiários, dos quais 21 estão integrados no mercado de trabalho. Para além dos trabalhos prestados às empresas no projeto ValorIN, vários dos beneficiários do projeto já foram chamados para várias entrevistas para grupos como o Inditex oferecendo-lhes uma oportunidade de trabalho de forma independente, fora do projeto. Um desses jovens foi o entrevistado Samuel, que neste momento aguarda o resultado da entrevista. Note-se que .

No “Contigo Há Descoberta!” esta inclusão social é sentida, não na entrada das pessoas portadoras de deficiência nas empresas, mas de uma maneira mais rural através da conexão destes indivíduos com a restante comunidade através da transmissão de saberes e venda de produtos regionais com os ateliers e as visitas guiadas.

Durante as entrevistas verificou-se também o à-vontade entre participantes e colaboradores e a facilidade com que comunicam uns com os outros transmitindo, não só uma relação de coordenador/ formador com beneficiário, mas sobretudo uma relação de amizade e companheirismo entre todos. De destacar que no projeto “Contigo Há Descoberta!”, tantos os participantes como os colaboradores se tratam por “companheiros” fortalecendo essa relação de proximidade.

*“acho importante os colaboradores ensinarem-nos e nós aprendermos com eles para daqui a amanhã sermos bons homens e termos uma profissão do dia a dia”* (Paulo, “Contigo Há Descoberta!”, excerto da entrevista, 2022)

*“é o clima afetivo que se cria nos locais de trabalho”* (Dr.<sup>a</sup> Isabel Sá, ValorIn, excerto da entrevista, 2022)

*“Sinto-me bem, tento dar-me com todos os colegas, mostro que estou animada”* (Sandra, ValorIn, excerto da entrevista, 2022)

*“trouxe mais respeito e harmonia, mais devolução mais solidariedade uns com os outros”* (Guilherme, “Contigo Há Descoberta!”, excerto da entrevista, 2022)

A inclusão social sentiu-se não só a nível profissional, mas também na relação entre os beneficiários e as empresas, como na relação entre os beneficiários e os turistas a quem prestam serviços de guias que aproxima os participantes do projeto com o resto da comunidade.

## **9.2 Empoderamento**

A ideia do *empowerment*, tal como referido por Zimmerman (2000), passa pelas pessoas ganharem a confiança e a autonomia necessárias para se tornarem indivíduos independentes e capazes de tomar as próprias decisões. Este processo é evidente nas afirmações dos beneficiários:

*“O projeto trouxe de positivo a confiança, a maior segurança em mi mesmo, sinto que estou mais responsável”* (Salvador, ValorIN, excerto da entrevista, 2022)

*“Quando entrei para o projeto eu sentia-me insegura que não era capaz de fazer aqueles trabalhos, mas com o passar do tempo fui começando a sentir mais confiança (...) sinto que é bom para nós, ajudamos a ter outra visão sobre as coisas, sobre o que somos capazes de fazer”* (Sandra, ValorIn, excerto da entrevista, 2022)

*“ajudou a que me sentisse mais útil e sinto que também ganhei mais responsabilidades e espero no futuro conseguir integrar me no mercado de trabalho outra vez e sentir-me mais confiante nas minhas*

*capacidades e ser mais independente.* “ (Samuel, ValorIn, excerto da entrevista, 2022)

*“acho que é preciso termos mais autonomia, mais desenvolvimento, mais liberdade e o projeto ajuda-nos com isso (...) trabalhamos muito a nossa capacidade e os nossos conhecimentos durante as visitas guiadas”* (Guilherme, “Contigo Há Descoberta!”, excerto da entrevista, 2022)

*“Estes projetos dão-nos mais confiança e tornam-nos menos dependentes da nossa família. Eu estou a receber uma bolsa de formação e a possibilidade de estar a ganhar o meu dinheiro faz-me sentir mais independente. Sinto que este projeto está a encaminhar-me no caminho certo para ingressar no mundo do trabalho* “(Samuel, ValorIn, excerto da entrevista, 2022)

Segundo Dantas et al. (2014), existe a crença de as pessoas com deficiência são frágeis e incapazes de se posicionar e enfrentar os desafios da vida. No entanto, através das entrevistas foi possível como estes projetos de empreendedorismo social contribuem para empoderar estes indivíduos portadores de deficiência, desenvolvendo competências pessoais, sociais e profissionais e desta forma também a autoconfiança necessária, para que se tornem mais autónomos.

### **9.3 Valorização, realização pessoal e qualidade de vida**

Questionados os beneficiários sobre o que se tinha alterado na sua vida com a participação no projeto, contata-se que o impacto gerado por estes projetos vai além da inclusão, refletindo-se também a um nível pessoal da valorização e realização pessoal.

Em primeiro lugar existe uma forte evidencia de um sentimento de **valorização**. Isto é muito importante porque muitos deles vivenciaram muitas situações em que os fizeram sentir-se pouco entendidos e inferiores aos outros. Para além disso, o facto de serem despedidos de outros empregos acabou por os tornar inseguros em relação ao que são capazes de fazer.

*“fui-me sentindo mais valorizada, o que não acontecia noutros empregos”* (Sandra, ValorIN, excerto da entrevista, 2022)

*“O projeto trouxe de positivo a confiança, a maior segurança em mim mesmo, de uma forma geral sinto-me mais capaz e valorizado. Sinto-me com muito menos ansiedade porque também estou rodeado de*

*peças que respeitam o meu tempo* “(Salvador, ValorIN, excerto da entrevista, 2022)

*“passei a ter objetivos e achar que sou capaz de mais, antes tinha muitas revoltas, principalmente quando sentia que as pessoas não ligavam muito às minhas opiniões. Mas agora sinto-me mais calmo, gosto muito de estar aqui e do meu trabalho como guia”* (Paulo, “Contigo Há Descoberta!”, excerto da entrevista, 2022)

*“Eu como pessoa tenho de ser importante para a sociedade, importante para o projeto e tenho de ser alguém na vida e estes projetos ajudam-nos a entender isso”* (Guilherme, “Contigo Há Descoberta!”, excerto da entrevista, 2022)

Outro aspeto evidenciado é relativo à **realização e desenvolvimento pessoal**, aqui são muitos os que destacam o sentimento de responsabilidade e de capacitação que aumentou com a realização das várias formações feitas tanto a nível profissional como pedagógico e socio terapêutico.

*“sinto que estou mais responsável”* (Salvador, ValorIN, excerto da entrevista, 2022)

*“Eu estou muito contente de estar aqui (...) comecei a sentir que já era responsável e que já conseguia fazer as tarefas que me iam sendo propostas (...)”* “Trouxe muitas mudanças positivas à minha vida. Senti que me tornei mais responsável e concentro-me mais facilmente, sinto-me mais entendida.” (Sandra, ValorIN, excerto da entrevista, 2022)

*“desde que aqui entrei, já passei por todos os ateliers e agora no turismo gosto muito de ir receber as pessoas e transmitir-lhes o que aprendi nas formações”* (Paulo, “Contigo Há Descoberta!”, excerto da entrevista, 2022)

*“trabalho nos ateliers de carpintaria e fui eu que escolhi querer estar nesse atelier porque é uma coisa que eu gosto muito, o trabalhar com madeiras. já fiz uma tábua de cozinha, já fiz um banquinho. Ainda não sou a 100%, mas já evolui muito e agora sou restaurador de madeiras e estou muito contente com o meu trabalho”* (Guilherme, “Contigo Há Descoberta!”, excerto da entrevista, 2022)

Para além de verificarmos um impacto a nível pessoal como mostrado acima, também se verificou um impacto no estado de **saúde** dos participantes e, conseqüentemente, uma melhoria da **qualidade de vida**.

*“Porque antes quando saía do trabalho ficava fechado em casa e entrava em depressão. Então aqui deu também para criar uma rotina sem trabalho e ajudou a que me sentisse mais útil (...) porque eu antes estava em casa e não tinha ninguém para conversar, não tinha convivência com as pessoas e depois entrava em ciclos de depressões”* (Samuel, ValorIN, excerto da entrevista, 2022)

*“Antes de entrar no projeto sentia muita ansiedade (...) Mas agora, ao entrar no projeto da ValorIN sinto que me está a ajudar a ultrapassar esse problema (...) Eu entro às 9:30 da manhã ao 12.30 e faço vários tipos de trabalhos com várias empresas que temos aqui. Depois tenho 1.30H de almoço e depois durante a tarde é das 14h às 17h. Esta rotina ajudou-me a melhorar alguns hábitos (...) Sinto-me mais confortável, mais confiante, mais capaz das minhas tarefas e menos ansioso com o dia-a-dia”* (Salvador, ValorIN, excerto da entrevista, 2022)

*“Antes tinha muitas crises de epilepsia e de ansiedade e de revolta, e agora já tenho menos”* (Paulo, “Contigo Há Descoberta!”, excerto da entrevista, 2022)

*“Tudo isto contribuiu para que já não entre num ciclo de depressões há muito tempo. Sinto-me bem, tento dar-me com todos os colegas, mostro que estou animada”* (Sandra, ValorIN, excerto da entrevista, 2022)

Compreendeu-se também as opiniões de cada um relativamente à existência deste tipo de projetos, mostrando a entusiasmo face à sua integração nos projetos, realçando a necessidade e importância que estes projetos têm na vida dos beneficiários e que pode ter na vida de mais pessoas como eles.

*“Eu acho que todas as pessoas têm direito a ter um trabalho. Somos pessoas como todos os outros.”* (...)

*“Trouxe muitas mudanças positivas à minha vida (...) sinto que é bom para nós, ajuda-nos a ter outra visão sobre as coisas, sobre o que somos capazes de fazer”*

(Sandra, ValorIN, excerto da entrevista, 2022)

*“Eu acho que as empresas poderiam dar mais valor a estas pessoas, dar mais ferramentas sociais para conseguirem fazerem os seus trabalhos tendo em conta o tipo de necessidade, seja ela motora ou até mentais e dar mais oportunidades “ (...)*

*“sinto [que mudou algo] porque este projeto dá as ferramentas necessárias para conseguirmos arranjar o nosso próprio trabalho e têm em conta o tempo que nós precisamos para nos adaptarmos “ (...) “sem dúvida. Projetos como a ValorIN ajudam-nos a ser mais independentes, para nos lançar para o mundo do trabalho “*

(Salvador, ValorIN, excerto da entrevista, 2022)

*“Eu acho que as pessoas devem de terem uma rotina, um objetivo. Uma integração, os outros ajudarem a integrarem no mercado de trabalho. Ter uma preparação para ingressar no mercado de trabalho, eu acho que é isso. “ (Samuel, ValorIN, excerto da entrevista, 2022)*

*“Acho que é preciso termos mais autonomia, mais desenvolvimento, mais liberdade” (...)*

*“Eu como pessoa tenho de ser importante para a sociedade, importante para o projeto e tenho de ser alguém na vida e estes projetos ajudam-nos a entender isso. E o projeto do contigo é muito importante, para mim, para as pessoas que queiram estar no projeto.(...)*

*“Temos de aproveitar o projeto porque ele é essencial para nós e temos de lhe dar valor e ter forças para o agarrar”*

(Guilherme, ASTA, excerto da entrevista, 2022)

*“Acho que devemos de aprender uns com os outros se não for assim ficamos sozinhos então somos nada” (Paulo, ASTA, excerto da entrevista, 2022)*

Os testemunhos obtidos apontam para a criação de valor social nas três categorias analíticas definidas por Fontenele et al. (2015): desenvolvimentos de ação social na comunidade; diminuição de exclusão social; a melhorias ou transformações da realidade social do grupo beneficiário

Em ambos os projetos podemos ver *desenvolvimentos de ação social na comunidade*, no sentido em que, na ValorIn as próprias empresas integram as pessoas portadoras de deficiência e há um sentimento de companheirismo e responsabilidade social entre as

empresas e os beneficiários. Já no “Contigo Há Descoberta!” sente-se através das relações entre os beneficiários, que são os próprios guias, e os turistas que se mostram interessados na experiência e em aprender o que estas pessoas portadoras de deficiências podem ensinar.

Também as duas últimas categorias (diminuição de exclusão social e a melhorias ou transformações da realidade social do grupo beneficiário) foram sentidas em ambos os projetos. A ValorIn e o “Contigo Há Descoberta!” permitiram a inclusão socioprofissional destes indivíduos, capacitando-os e dando-lhes a oportunidade de se inserirem no mercado de trabalho. Esta nova realidade trouxe consequências benéficas não só a nível de inclusão, mas também na melhoria das relações interpessoais, no sentimento valorização e empoderamento, dando-lhes a confiança e autonomia necessárias para se tornarem indivíduos independentes e conscientes das suas próprias capacidades. Este envolvimento na sociedade e o ritmo das rotinas que atrás da realidade laborar teve também um impacto positivo estado de saúde e na qualidade de vida e destes indivíduos.

Na *Tabela 7* apresentam-se de forma resumida a que níveis houve impacto em cada projeto.

*Tabela 7: Impacto dos Projetos*

	ASTA	ValorIn
<i>Inclusão</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão socioprofissional através da inserção das PPD no mercado de trabalho (com os ateliers e as visitas guiadas)</li> <li>• Melhoria nas relações interpessoais (entre beneficiários/ colaboradores/ turistas)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão socioprofissional através das atividades laborais prestadas às empresas</li> <li>• Melhoria nas relações interpessoais (entre beneficiários/ colaboradores/ empresas e outros trabalhadores)</li> </ul>
<i>Empoderamento</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autonomia</li> <li>• Confiança</li> </ul> <p>(Ambas desenvolvidas através de treino das competências pessoais e sociais)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autonomia</li> <li>• Confiança</li> </ul> <p>(Ambas desenvolvidas através de treino das competências pessoais e sociais)</p>
<i>Valorização, Realização Pessoal e qualidade de vida</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilização agregada à rotina de trabalho</li> <li>• Capacitação através dos ateliers e formações sobre turismo</li> <li>• Melhoria do estado anímico e da saúde mental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação através dos trabalhos feitos em linha de montagem</li> <li>• Responsabilização agregada à rotina de trabalho</li> <li>• Melhoria do estado anímico e da saúde mental</li> </ul>

## Conclusões

O empreendedorismo social é hoje visto como uma via essencial para a inclusão de minorias e para a melhoria da qualidade de vida de pessoas em condição de maior fragilidade. De entre os grupos discriminados e com uma clara falta de respostas associadas à sua condição estão as pessoas portadoras de deficiência. Foi sobre este grupo de indivíduos que se focou este estudo, procurando compreender de que forma o empreendedorismo social pode contribuir para a sua inclusão social. Para tal procedeu-se a uma revisão bibliográfica e ao estudo de dois casos de empreendedorismo social bem-sucedidos que atuam na área da inclusão socioprofissional das pessoas portadoras de deficiência/doença mental - o projeto ValorIn, da MADI e o projeto "Contigo Há Descoberta!", da ASTA.

A revisão bibliográfica permitiu evidenciar que apesar da noção de empreendedorismo social ser cada vez mais usada nos dias de hoje, este é um conceito com diversas abordagens e conceptualizações, sendo no entanto central a finalidade principal do empreendedorismo social: a criação de valor social. Tendo isto em conta, este estudo propôs um modelo de análise das iniciativas de empreendedorismo social que agregou contribuições de diversos autores e em particular algumas as propostas por dois modelos: o modelo multidimensional de Weerawardena e Mort (2006) e o modelo conceptual de Jiao (2011). Estas dimensões dizem respeito à vários fatores que podem ter influência no desenvolvimento e viabilidade do empreendedorismo social, desde as características do próprio empreendedor social, o ambiente que envolve o empreendimento, o carácter inovador e sustentável e, por fim, a própria proposta de criação de valor social, i.e., o seu impacto. Relativamente aos/às empreendedor(a)s analisou-se o seu capital humano; a vontade e viabilidade e processo de perceção da oportunidade. Sobre as iniciativas de empreendedorismo social analisou-se o processo que conduziu à sua conceção e implementação, bem como a sua sustentabilidade e os riscos e dificuldades associadas. Analisou-se, ainda, o papel das parcerias e do Estado como fatores do ambiente social e institucional. Sobre o impacto, Inclusão; Empoderamento; Valorização e Realização Pessoal - foi-nos possível entender o tipo de impacto/ valor social que estes projetos podem criar, assim como, os fatores que podem tornar este tipo de projetos viáveis.

Constatou-se que ambos os projetos estudados, ValorIN e “Contigo Há Descoberta!”, têm, de forma geral, o objetivo principal de dignificar o dia a dia da pessoa com

deficiência, contribuindo para a sua inclusão a diferentes níveis. Ambos são também projetos pioneiros na intervenção de pessoas com deficiência nas regiões onde atuam, Vila do Conde e Almeida, respetivamente. A ValorIn foca-se essencialmente em dar resposta ao problema social da exclusão socioprofissional das pessoas com doença mental, integrando-as no mercado de trabalho através de parcerias com empresas locais. São realizados treinos de competências e treinos laborais num ambiente apoiado, onde as tarefas manufaturadas são desenvolvidas nas suas instalações. Já o “Contigo Há Descoberta!” é um negócio social de turismo inclusivo e centra-se nos valores da instituição base, promovendo um espaço sustentável dentro de um ambiente rural e sócio terapêutico onde os beneficiários desenvolvem as suas atividades em diferentes ateliers e têm formações durante a semana e, nos fins de semana, prestam serviços e conduzem as atividades turísticas como guias, partilhando e ensinando as suas capacidades e saberes.

Relativamente aos **empreendedores sociais** podemos confirmar a importância que o capital humano, a vontade e a viabilidade das colaboradoras desempenha, não só na implementação inicial do projeto, como no desenvolvimento do mesmo ao longo dos anos. Tanto a colaboradora do projeto ValorIN, como a do "Contigo Há Descoberta!" mostraram ter vários conhecimentos em áreas como a psicomotricidade, socio terapia, reabilitação e pedagogia. Por parte do projeto "Contigo Há Descoberta!", identificaram-se também conhecimentos dentro das áreas da gestão e contabilidade.

Estes conhecimentos, aliados à dose de entusiasmo e motivação verificada no caráter proativo de ambas as coordenadoras realça a ideia de que, na criação de um empreendimento social não basta o empreendedor ter uma personalidade inquieta e de inconformismo face ao problema social da exclusão socioprofissional das pessoas portadoras de deficiência, é necessário haver os conhecimentos certos por detrás da motivação que permita a identificação correta das necessidades que têm de ser atendidas, assim como a melhor forma e a mais sustentável de o fazer. É neste contexto que se retirou também que, para além da importância dos conhecimentos sobre as necessidades em si, também conhecimentos sobre áreas mais económicas relacionadas à criação de lucro são fundamentais, principalmente nos passos iniciais da implementação, tanto da ValorIn como do "Contigo Há Descoberta!", destacando a ideia de *Blended Value* proposta por Emerson (2003).

Alinhado a esta ideia de *Blended Value*, que defende a agregação do valor económico com o social, alinham-se as parcerias, a gestão de risco e a inovação. Estas quatro dimensões em conjunto mostraram ser o caminho para um projeto sustentável e viável.

Sobre os **fatores sociais e institucionais** foi possível constatar que foi através das parcerias (rede social das regiões / entidades públicas, como as Camaras Municipais e os Hospitais/ empresas sociais) e dos primeiros financiamentos (atribuição de prémios e financiamentos de parcerias como até as próprias associações "mãe" dos projetos) que os projetos conseguiram ter as ferramentas necessárias para se erguer e dar os primeiros passos. Concluímos que esta rede de relações entre stakeholders têm essencialmente quatro funções: contribuem no acesso a informação e recursos; minimizam a responsabilidade financeira (principalmente no início, até os projetos conseguirem criar uma sustentabilidade económica própria); minimizam o nível de risco que torna os empreendimentos sociais tão vulneráveis; contribuem na divulgação dos projetos (como se viu, muitos dos entrevistados tiveram conhecimento da ValorIn e do "Contigo Há Descoberta!" através de duas parcerias: a Junta de Freguesia (de Vila do Conde no caso da ValorIn, e de Almeida no caso da ASTA; e o Centro Hospitalar de Vila do Conde, no caso da ValorIn).

Acerca da **sustentabilidade** dos projetos, verificamos que pode ser entendida em três níveis: económico, social e ambiental. No caso do "Contigo Há Descoberta!" a sustentabilidade foi sentida nestes três níveis, tornando-se transversal e seguindo o modelo do Triple Bottom Line, já a ValorIn segue apenas uma sustentabilidade económica e social. Esta sustentabilidade foi consequência da ligação dos fatores mencionados acima, aliados às atividades inovadoras propostas por cada projeto. Esta sustentabilidade, para além de permitir a segurança financeira dos projetos, contribui também para que ambos os projetos não se desviem do sentido de missão social que ambas seguem. Sobre a gestão de **risco**, sabemos que os empreendimentos sociais enfrentam grandes desafios, sendo necessário ir revisando o projeto e verificar a sua sustentabilidade. Aqui ambos os projetos, ainda que por vias distintas (um com controlos internos, outro com recurso a uma consultora) mostraram fazer um acompanhamento continuo das atividades, dos resultados e dos rendimentos, existindo uma medição de impacto recorrente.

As entrevistas revelam que o **impacto** dos projetos foi sentido a vários níveis da vida dos beneficiários e até na vida de outras pessoas que integram os projetos. O estudo permitiu concluir que o impacto é sentido, não só a nível pessoal, através da capacitação dos beneficiários e do sentimento de valorização, mas também a nível social com a melhoria das relações com os outros e a inclusão no mercado de trabalho . Da mesma forma também se pode verificar um impacto na melhoria de qualidade de vida, por via de uma melhoria no seu estado anímico e saúde mental.

Este estudo apresenta algumas limitações que poderão ser ultrapassadas em futuras investigações. Uma delas é o facto de a recolha de dados ter sido feita em apenas dois

projetos, o que limitou a diversidade de dados. Futuras investigações podem ser replicadas para confirmar ou adicionar novos elementos às dimensões analisadas e/ou para analisar projetos noutras áreas de deficiência (p.e. deficiência físicas).

Uma segunda limitação encontra-se na própria natureza da metodologia aplicada. Os dados recolhidos são de natureza 7subjetiva sobre as experiências vividas pelos entrevistados, o que não permite uma medição quantitativa e a generalização dos resultados. Novas investigações poderão aplicar metodologias quantitativas para ultrapassar esta limitação.

Outra limitação relaciona-se com os beneficiários entrevistados, que foram selecionados pelas próprias instituições. Esta circunstância, juntamente com a presença das responsáveis durante as entrevistas, devido ao nervosismo e características dos próprios entrevistados poderá implicar um certo risco de enviesamento nas respostas. No entanto, esse risco foi assumido, dado que num estudo qualitativo, não se pretende mostra a extensão dos resultados, mas sim a sua existência. Futuros estudos de natureza quantitativa deverão ter em conta esta limitação e poderão desenvolver medidas e instrumentos de recolha que permitam uma recolha em moldes diferentes.

Apesar destas limitações, do ponto de vista prático este estudo contribuiu para compreender o processo de criação e desenvolvimento de duas iniciativas bem sucedidas de empreendedorismo social na área da deficiência e os seus impactos alargados, constituindo não só uma inspiração para futuros empreendedores sociais como também uma narrativa que pode funcionar como *benchmarking*<sup>8</sup> para outras iniciativas com propósitos semelhantes. Do ponto de vista teórico o estudo propõe um modelo de análise construído com base na contribuição de diversos autores, que inclui fatores antecedentes, a própria iniciativa e o seu impacto; e envolve diferentes unidades de estudo: empreendedor, a iniciativa e os beneficiários e que poderá ser utilizado noutras investigações para uma compreensão abrangente do fenómeno de empreendedorismos social

---

<sup>8</sup> Entende-se por *benchmarking* a análise estratégica de práticas que se mostrem ser eficientes e que são utilizadas por organizações que podem ser vistas como referência.

## Bibliografia

- Amiralian, M, Pinto, E., Ghirardi, M., Lichtig, I., Masini, E., Pasqualin, L. (2000), “Conceituando deficiência”, *Revista Saúde Pública*, 34 (1), pp.97-103, em <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102000000100017> >.
- André, I., Abreu, A. (2006), “Dimensões e espaços da inovação social”, *Finisterra*, 41 (81), pp. - 121-141, em <<https://doi.org/10.18055/Finis1465>>.
- ASTA (2022), em <https://asta.pt/>, consultado a 31/08/2022.
- Augusto, A. (2014), “Metodologias quantitativas/ Metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência”, *Fórum Sociológico*, 24, pp.73-77, em <<https://doi.org/10.4000/sociologico.1073> >.
- Balacazar, K., Sariepella, A. (2014), "An empowerment model of entrepreneurship for people with disabilities in the United States”, *Psychosocial Intervention*, pp.145-150, em < <https://doi.org/10.1016/j.psi.2014.07.002>>.
- Batista, E. C., Matos, L. A., Nascimento, A. B. (2017), “A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa”, *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 11 (3), pp. 23-38, em < <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.10084.09608>>.
- Bezerra-de-Sousa, I. G., Teixeira, R. M. (2019), “Relações conceituais entre empreendedorismo social e inovação social”, *RPCA*, 13 (4), pp. 81-99, em <<https://doi.org/10.12712/rpca.v13i4.28974>>.
- Boni, V., Quaresma, S. J. (2005), “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais”, *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2 (1), pp. 68-80.
- Caldwell, K., Harris, S. P., Renko, M. (2012), "The Potential of Social Entrepreneurship: Conceptual Tools for Applying Citizenship Theory to Policy and Practice", *Intellectual and Developmental Disabilities*, 56 (6), pp.505-518, em <<https://doi.org/10.1352/1934-9556-50.06.505>>.
- Caldwell, K., Harris, S. P., Renko, M. (2014), “Social entrepreneurship as an employment pathway for people with disabilities: exploring political–economic and socio-cultural

factors”, *Disability & Society*, 29 (8), pp.1275-1290, em <<https://doi.org/10.1080/09687599.2014.924904>>.

Campigotto-Sandri, E., Caciatori-Junior, I., Chapaval-Pimentel, P., Meira-Teixeira, R. (2020), “Empreendedorismo social e inovação social: uma análise bibliométrica”, *Estudios Gerenciales*, 36 (157), pp. 511-524, em <<https://doi.org/10.18046/j.estger.2020.157.3886>>.

Carvalho-Freitas, M., Marques, A. L. (2007), “A Diversidade Através da História: A Inserção no Mercado de Trabalho de Pessoas com Deficiência”, *O&S*, 14 (41), pp. 59-78, em <<https://doi.org/10.1590/S1984-92302007000200003>>.

Contigo Há Descoberta! (2022), em <https://asta.pt/sobre-o-contigo-ha-descoberta/>, consultado a 01/09/2022.

Dantas , T. C., Silva, J. S. S., Carvalho, M. E. P. (2014), “Entrelace entre Gênero, Sexualidade e Deficiência: uma história feminina de ruturas e empoderamento”, *Revista Brasileira de Educação Especial*, 20 (4), pp. 555-568, em <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000400007>>.

Dees, J. G. (2001), “O significado do Empreendedorismo Social”, Versão revista e reformulada.

Dees, J. G. (2012), “A Tale of Two Cultures”, *Journal of Business Ethics*, 111 (3), pp. 321-334, em <<https://doi.org/10.1007/s10551-012-1412-5>>.

Diniz, D. (2003), “Modelo Social da Deficiência: a crítica feminista”, *SérieAnis*, 28, pp. 1-10.

Emerson, J. (2003),” The Blended Value Proposition: Integrating Social and Financial Returns”, *California Management Review*, 45 (4), pp. 35–51.

Estivaletes, V. F. B., Andrade, T., Costa, V. (2018), “Contribuições do Empreendedorismo Social para o Aumento da Participação das Mulheres no Mercado de Trabalho”, *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 17 (2), pp. 172-191, em <<https://doi.org/10.21529/RECADM.2018007>>.

- Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (2021), em <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf/5bce7969-0918-4013-b95d-2a5a35a870c5>, consultado a 19-10-2021.
- Farinha, L., Sebastião, J. R., Sampaio, C., & Lopes, J. (2020), “Social Innovation and social entrepreneurship: discovering origins, exploring current and future trends”, *International Review on Public and Nonprofit Marketing*, 17(1), pp. 77-96, em <<https://doi.org/10.1007/s12208-020-00243-6>>.
- Fontenele, R., Leal, A. L., Freitas, A. A. (2015), “Criação de valor no empreendedorismo social: Evidências a partir da comparação com o empreendedorismo comercial”, *Revista Gestão Social e Ambiental*, 9 (1), pp. 51-65, em <DOI:10.5773/rgsa.v9i1.1009>.
- Fontes, F., Martins, B. S. (2015), “Deficiência e Inclusão Social: os percursos da lesão medular em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 77, pp.1-17, em <http://journals.openedition.org/spp/1890>.
- França, T. H. (2013), “Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica sobre os modelos de saúde”, *Lutas Sociais*, 17 (31), pp.59-73.
- Goffman, E. (2004 [1963]), *Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, (tradução).
- Gomes, A. (2007), “Apontamentos sobre a investigação sociológica: possibilidades e caminhos da pesquisa”, *Revista Lusófona de Educação*, 10, pp.51-61.
- Halabisky, D. (2014), “Entrepreneurial Activities in Europe – Entrepreneurship for people with disabilities”, *OECD Employment Policy Papers*, (6), pp. 3-20, em <<https://doi.org/10.1787/23114886>>.
- Harris, S. P., Renko, M., Caldwell, K. (2013), "Accessing social entrepreneurship: Perspectives of people with disabilities and key stakeholders", *Jornal of Vocational Rehabilitation*, 38 (1), pp.35-48, em <DOI: 10.3233/JVR-120619>.
- Jiao, H. (2011), “A conceptual model for social entrepreneurship directed toward social impact on society”, *Social Enterprise Journal*, 7 (2), pp. 130-149, em <<https://doi.org/10.1108/17508611111156600>>.

Junior, E., Oliveira, G., Santos, A., Schnekenberg, G. (2021), “Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa”, *Cadernos da Fucamp*, 20 (44), pp.36-51.

Kastenholz, E., Eusébio, C., Figueiredo, E. (2015), “Contributions of Tourism to Social Inclusion of Persons with Disability”, *Disability & Society*, 30 (8), pp. 1259-1281, em < <https://doi.org/10.1080/09687599.2015.1075868>>.

Kummitha, R. K. (2017), *Social Entrepreneurship and Social Inclusion: Processes, Practices, and Prospects*, Singapura, Palgrave Macmillan.

Lubberink, R., Blok, V., Van Ophem, J., Van der Velde, G., Omta, O. (2018) “Innovation for Society: Towards a Typology of Developing Innovations by Social Entrepreneurs”, *Journal of Social Entrepreneurship*, 9 (1), pp. 52–78, em <<https://doi.org/10.1080/19420676.2017.1410212>>.

Maciel, M. R. (2000), “Portadores de deficiência – a questão da inclusão social”, *São Paulo em perspectiva*, 14 (2), pp. 51-56.

MADI (2022), em <https://madi.pt/>, consultado a 07/05/2022.

Mair, J., Marti, I. (2006), “Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight”, *Journal of World Business*, 41, pp.36–44, em < <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2005.09.002>>.

Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social (2015), em <https://issuu.com/ipav/docs/livromies>, consultado a 28/09/2022.

Martin, R. L., Osberg, S. (2007), “Social Entrepreneurship: The Case of Definition”, *Stanford Social Innovation Review*, pp.29-39.

Martins, B. S. (2017), “A Deficiência e as Políticas Sociais em Portugal: retrato de uma democracia em curso”, *Periferia: Educação, Cultura & Comunicação*, 9 (1), pp. 13-33, em < DOI: 10.12957/periferia.2017.29404>.

Martins, B. S., Fontes, F., Hespanha, P., Berg, A. (2012), “A emancipação dos estudos da deficiência”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 98, pp.45-64, em <<https://doi.org/10.4000/rccs.5014>>.

- Martins, N., Borges, G. F. (2012), “O Corpo com Deficiência: uma reflexão sobre os modelos de saúde”, *Revista Saúde e Pesquisa*, 5 (2), pp.378-35.
- Meirinhos, M., Osório, A. (2010), “O estudo de caso como estratégia de investigação em educação”, *EDUSER: revista de educação*, 2 (2), pp. 49-65.
- Monteiro, A. (2019), “O que é a Inovação social? maleabilidade conceitual e Implicações práticas”, *DADOS*, 62 (3), pp. 1-34.
- Mort, G. S., Weerawardena, J., Carnegie, K. (2003), “Social entrepreneurship: Towards conceptualisation”, *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*, 8 (1), pp. 76-88.
- Mozzato, A. R., Grzybovski, D. (2011), "Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios", *RAC*, Curitiba, 15 (4), pp. 731-747.
- Mulgan, G. (2007), *Social Innovation - What it is, why it matters and how it can be accelerated*, Oxford, Said Business School.
- Murray, R.; Grice, C. J.; Mulgan, G. (2010), *The Open Book of Social Innovation*, The young Foundation.
- Nascimento, E. P. (2012), “Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao económico”, *Estudos Avançados*, 26 (74), pp. 51-64, em <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005>>.
- Parente, C., Costa, D., Santos, M. (2011), “Empreendedorismo Social: Contributos Teóricos para a sua Definição”, *XVI Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho*, pp.268-282.
- Peredo A. M., McLean, M. (2006), “Social entrepreneurship: A critical review of the concept”, *Journal of World Business* 41, pp. 56–65, em <[doi:10.1016/j.jwb.2005.10.007](https://doi.org/10.1016/j.jwb.2005.10.007)>.
- Prim, M. A., Kracik, M. S., Dandolini, G. A., Franzoni, A. M. B. (2018), “Inovação E Empreendedorismo Social: O Poder Transformador”, *Congresso Internacional De Conhecimento E Inovação*, 1 (1), pp. 1-15.

- Resende, M. C., Barbos, K. B. (2018), “Gincana Inclusiva: protagonismo, empoderamento e visibilidade das pessoas com deficiência”, *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13 (4), pp. 1-12.
- Santos, A. F., Jesus, G. G., Battisti, I. K. (2021), “Entrevista Semiestruturada: Considerações Sobre Esse Instrumento Na Produção De Dados Em Pesquisas Com Abordagem Qualitativa”, *Salão do Conhecimento*, pp. 1-5.
- Santos, W. (2008), “Pessoas com Deficiência: nossa maior minoria”, *Revista de Saúde Coletiva*, 18 (3), pp. 501-519, em <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312008000300008>>.
- Satar, M. S. (2022), “Sustainability and triple Bottom Line planning in Social Entreprises: Developing the Guidelines for Social Entrepreneurs”, *International Journal of Sustainable Development and Planning*, 17 (3), pp. 813-821, em <<https://doi.org/10.18280/ijstdp.170311>>.
- Schumpeter, J. (1942 [2018]) *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Lisboa, Actual Editora (Tradução).
- Silva, C. R., Gobbi, B. C., Simão, A. A. (2005), " O Uso da Análise de Conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: Descrição e aplicação do método", *rurais agroind.*, Lavras, 7 (1), pp. 70-81.
- Silva, E. A. (2013), “As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais”, *Revista Angolana de Sociologia*, 12, pp. 1-23.
- Silvestre, M. J., Fialho, I., Saragoça, J. (2014), “Da palavra à construção do conhecimento – Meta-avaliação de um Guião de Entrevista Semiestruturada”, *Libro de Actas de “3º Congreso Ibero-Americano en Investigación Cualitativa”*, 3, pp. 321-330.
- ValorIN (2022), em <https://madi.pt/valorin/>, consultado a 07/05/2022.
- Ventura, M. M. (2007), “O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa”, *Revista SOCERJ*, 20 (5), pp.383-386.
- Weerawardena, J., Mort, G. (2006), “Investigating Social Entrepreneurship: a multidimensional model”, *Journal of World Business*, 41, pp. 21-35, em <[doi:10.1016/j.jwb.2005.09.001](https://doi.org/10.1016/j.jwb.2005.09.001)>.

Yin, R. K. (1984 [2004]), *Estudo De Caso: Planejamento e Métodos*, Porto Alegre: Bookman (Tradução).

Zhang, D. D., Swanson, L. A. (2014), “Linking Social Entrepreneurship and Sustainability”, *Journal of Social Entrepreneurship*, 5 (2), pp. 175-191, em <<https://doi.org/10.1080/19420676.2014.880503>>.

Zimmerman, M. A. (2000), “Empowerment Theory Psychological, Organizational and Community Levels of Analysis”, em Julian Rappaport and Edward Seidman (orgs), *Handbook of Community Psychology*, New York, pp. 43-63.

# Apêndices

## GUIÃO PARA OS COORDENADORES

Tipo De Informação/ Categorias de Análise à priori (com base na teoria)	Questões
<b>Sobre o(a) empreendedor(a) social</b>	
<b>Capital Humano (Jiao, 2011)</b> -Nível de educação; -Experiências de vida pessoal e profissional.	-Qual a sua <b>área de formação</b> ?  -Antes de trabalhar neste/ integrar este projeto, qual era a sua <b>experiência</b> profissional?
<b>Vontade e Viabilidade (Jiao, 2011)</b>	- <b>Como se envolveu</b> nesta aventura? O que o (a) motivou?  - De que forma se identifica a nível pessoal com os valores propostos pelo projeto?
<b>Sobre a iniciativa de empreendedorismo social</b>	
<b>A Origem/ necessidade</b>	-Como <b>nasceu</b> esta iniciativa?  -Qual é a missão e visão social associada ao projeto? (no caso de não estar explícito na análise documental)
<b>Inovação (Weerawardena e Mort, 2006)</b>	-Quando o projeto surgiu, em que é que acha que este se <b>diferenciava</b> de outros já existentes?  -E atualmente conhece outros projetos que desenvolvam uma atividade semelhante?

<p><b>Sustentabilidade e risco</b></p> <p><b>(Weerawardena e Mort, 2006)</b></p>	<p>-Acha que o projeto consegue criar um <b>impacto</b> a longo prazo/ duradouro na vida dos beneficiários ou apenas temporário?</p> <p>- Quais considera serem as <b>principais dificuldades</b> para manter este projeto como um empreendimento capaz de gerar impacto nas vidas dos beneficiários?</p> <p>- De que forma o projeto procura os <b>recursos</b> necessários para assegurar a sua viabilidade?</p> <p>- Empreendimentos sociais têm um nível de risco económico mais elevado, alguma vez, durante a execução do projeto sentiu que o cumprimento da missão social do projeto foi posto em causa por esta razão?</p>
<p><b>Fatores do Ambiente Social e Institucional (Jiao, 2011)</b></p>	
<p><b>- Apoio de terceiros;</b></p> <p><b>- Financiamento dos empreendimentos;</b></p> <p><b>-Apoio do Governo;</b></p> <p><b>- Parcerias.</b></p>	<p>-Que outros elementos/organizações participam no projeto e em que medida a sua participação contribui para a sua sustentabilidade?</p> <p>- Como foi/como conseguiu o envolvimento desta pessoas e organizações?</p> <p>- Como avaliaria o apoio de terceiros (voluntariado, empresas, governo) no desenvolvimento deste projeto?</p> <p>-Que técnicas utilizam para monitorizar e avaliar o desempenho do projeto?</p> <p>- Como comunicam com estes parceiros e lhes comunicam os resultados?</p>
<p><b>Sobre a iniciativa de empreendedorismo social</b></p>	
<p><b>Sobre o Futuro</b></p>	<p>-Como perspectiva o futuro desta iniciativa?</p> <p>-Que objetivos ainda lhe faltam concretizar? Que desenvolvimentos?</p> <p>-Qual a ambição para o futuro?</p>

## GUIA PARA OS BENEFICIARIOS

<b>Tipo De Informação/ Categorias de Análise à priori (com base na teoria)</b>	<b>Questões</b>
<b>Informação sobre o entrevistado</b>	<p style="text-align: center;">-Que idade tem?</p> <p>- Como teve conhecimento da associação/ projeto?</p> <p>- Qual a sua situação face ao emprego? (ou) Exerce alguma atividade remunerada?</p>
<b>Inclusão (em geral)</b>	<p>-Quais são as maiores dificuldades que sente no dia-a-dia?</p> <p>-Sente que é alvo de exclusão devido à sua deficiência? Se sim, a que níveis?</p> <p>- Quais são, na sua opinião, os fatores essenciais para que as pessoas com deficiência possam participar de maneira ativa na vida social?</p>
<b>Inclusão laboral (no contexto do projeto) – no caso de trabalhar ou estagiar</b>	<p>- Antes da participação neste projeto, já tinha tido a possibilidade de estar integrada(o) no mercado de trabalho?</p> <p>-Pode explicar-nos como é o seu dia-a-dia no atelier/estágio?</p> <p>-No seu local de trabalho sente que é alvo de exclusão devido à sua deficiência? Se sim, a que níveis?</p> <p>-O seu local de trabalho onde estagia tem todas as acessibilidades físicas?</p>

<p align="center"><b>Empoderamento</b></p>	<p>-Sente que este projeto oferece as ferramentas necessárias para a construção de um futuro mais independente?</p>
<p align="center"><b>Valorização E realização pessoal</b></p>	<p>-Em que medidas a participação neste projeto traz algo de positivo para a sua vida?</p> <p>-Considerando diferentes níveis da sua vida (físicos, psicológicos, simbólicos, profissionais, pessoais e relacionais, etc.) em quais é que o projeto mais o impactou e porquê?</p> <p>- Como se sente a nível pessoal após a participação neste projeto?</p> <p>- Sente que impactou de alguma forma a sua autoestima?</p> <p>-Considera que a existência e participação nestes projetos possibilita um despertar de que é possível mudar as vossas vidas?</p>